



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 675 - DE 16 A 30 DE OUTUBRO DE 2022 - R\$ 5,00

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

**AGRAVA CRISE MUNDIAL. POTENCIA A ESCALADA
MILITAR IMPULSIONADA PELO IMPERIALISMO**

**Somente a classe operária unida e coesa pode
lutar consequentemente pelo fim da guerra,
como parte do combate pela revolução proletária
e pelo internacionalismo proletário**

Segundo turno das eleições

**Permanece a tarefa de defesa do programa
próprio e da independência de classe
do proletariado e dos demais explorados
diante da disputa interburguesa**

**105 anos
da Revolução Russa (1917-2022)**

**O POR dá continuidade à campanha de defesa
das conquistas da Revolução de Outubro de 1917**

Não ao prolongamento, pelo fim da guerra na Ucrânia!

Os Estados Unidos são os mais interessados e empenhados em prolongar ao máximo a guerra que despedaça a Ucrânia. De longe, o imperialismo norte-americano dá as diretrizes para a OTAN, pressiona os aliados da União Europeia, financia e abastece com armas as Forças Armadas ucranianas. As potências europeias se ressentem das duras consequências do confronto militar, que já ultrapassou os sete meses, e que pode se prolongar por muito tempo, mas estão sob a guarda de uma aliança com os Estados Unidos.

A Ucrânia se tornou bucha de canhão para o objetivo das potências aliadas, de penetrar seus capitais na extensa e rica região outrora controlada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A sua dissolução, provocada pela contrarrevolução restauracionista, abriu caminho para a penetração das forças econômicas e militares do imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos.

É próprio da política do capital financeiro jogar uma nacionalidade contra outra, bem como de se valer das desavenças entre países de economia atrasada e semicolonial. Assim, o imperialismo justifica as intervenções militares em nome da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e, inclusive, do direito à autodeterminação e da soberania nacional.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia deve ser considerada e entendida como um elo dos acontecimentos historicamente regressivos, que impulsionaram as forças centrífugas existentes nas bases da URSS, e que resultaram em um desmoronamento catastrófico para as nacionalidades que as compunham, e, sobretudo, para as massas operárias e camponesas, que voltaram a ocupar a condição de maioria oprimida.

A Revolução de Outubro de 1917 e a constituição da URSS, em 1922, deram os primeiros passos para resolver o problema da opressão nacional, que esteve na base do Grão-Império russo. Tarefa democrática que somente a revolução social e o desenvolvimento do socialismo podem solucionar. Eis por que o direito à autodeterminação e à separação faz parte do programa bolchevique, e foi firmemente aplicado pelo Estado Operário e pelo Partido Comunista, quando estiveram sob a direção de Lênin.

A desintegração da URSS em dezembro de 1991 evidenciou, da pior forma possível, o quanto da opressão nacional, sob a ditadura burocrática de Stalin, subsistiu. Os antagonismos entre as ex-repúblicas soviéticas foram e são decisivos para a consecução da estratégia imperialista, materializada na forma ideológica da “Guerra Fria”, e na forma material do braço militar norte-americano na Europa, a OTAN. Em todos os confrontos, estão presentes as influências diretas ou indiretas das potências opressoras, a exemplo da Guerra da Chechênia, da Geórgia e da Armênia e Azerbaijão. E, agora, a guerra da Ucrânia, que se foi gestando, desde a instalação de um governo pró-União Europeia e pró-OTAN, em 2014.

As guerras e confrontos anteriores, acima citados, foram vencidos pela Federação Russa, ou amortecidas. Mas, a guerra da Ucrânia assumiu uma proporção muito superior. O país se tornou uma área de choque dos Estados Unidos e sua aliança europeia com a Rússia. Isso, nas condições de escalada militar dos Estados Unidos e da OTAN no Indo-Pacífico, potenciando o cerco à China. É nesse marco de aprofundamento da crise mundial que a guerra na Ucrânia pode se converter em confronto direto da Rússia com a União Europeia, amparada pelos Estados Unidos, que manejam a OTAN. Por enquanto,

os sinais dessas tendências aparecem na forma de aumento da capacidade militar das Forças Armadas ucranianas, e de ameaças por parte da Rússia de recorrer, em último caso, ao uso de armas nucleares de baixo poder destrutivo. Uma medida de força como a de recorrer a armas nucleares soa mais desespero do que movimentação real nesse sentido.

A entrega de armamentos avançados ao governo da Ucrânia tem permitido uma contraofensiva na região de Donbass, que já estava praticamente ocupada pelas forças russas. É bem possível que, nos cálculos dos estrategistas do Kremlin, o seu controle e estabilização dos combates abririam a possibilidade de retornar às tentativas de negociações para um acordo de paz. O contrário, no entanto, se vem passando. A resistência ucraniana, muito mais aparelhada, passou a reconquistar parte do território, e o Kremlin decidiu incorporar à Rússia as Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, e Zporozhya e Kherson.

Depois dos primeiros protestos das potências e ameaças da OTAN de armar ainda mais a Ucrânia, a ONU votou a resolução “Integridade Territorial da Ucrânia”, preparada pelos Estados Unidos. A condenação orquestrada pelo imperialismo contou com 143 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções. Chamou a atenção, sobretudo, os votos de abstenção da China e da Índia. Tudo indica que expressaram o receio da escalada da guerra acabar extrapolando os marcos até agora restritos ao embate entre a Rússia e a Ucrânia. Mas, no fundo, serviram aos objetivos dos Estados Unidos e a sua aliança, que é o de armar ainda mais a Ucrânia, prolongar a guerra, esgotar as capacidades russas, e alimentar a crise política do governo Putin, que deu seus primeiros sinais emitidos pela convocação dos trezentos mil reservistas.

A retomada dos bombardeios no norte da Ucrânia, sobretudo, em Kiev, não resulta apenas como resposta ao ato de sabotagem que detonou parte da ponte do Estreito de Kerch, que conecta a Criméia à Rússia. O envio de novos sistemas de mísseis e de baterias antiaéreas pelas potências ao governo de Zelensky afastará ainda mais a possibilidade de um acordo em breve espaço de tempo, e tem tudo para prolongar a guerra.

A anexação do território de Donbass não fortalecerá a Rússia, diante da ofensiva do imperialismo. Não está posta a possibilidade de um acordo de paz com anexação. O imperialismo é anexador por natureza, mas a classe operária e os demais trabalhadores não têm em sua consciência e compreensão esse fator histórico. Enquanto a paz e o fim da guerra, almejados pelos explorados, dependerem do imperialismo, não haverá uma solução progressiva. Nesse ponto, reside todo o problema. Somente a classe operária unida e coesa pode se levantar contra o imperialismo e reconquistar a autodeterminação e integridade da Ucrânia.

A crise de direção impede que o proletariado organizado imponha sua política e suas respostas revolucionárias diante de uma guerra de dominação capitalista, como se caracteriza a da Ucrânia. É fundamental o cuidado para que a vanguarda com consciência de classe não seja arrastada pelas forças capitalistas em confronto, confundindo a guerra de dominação como se fosse de libertação. Trata-se de manter firme a posição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que, desde o início do catastrófico confronto entre a Rússia e a Ucrânia, lançou a campanha internacionalista: pelo fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas, revogação das sanções econômicas à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida

10 de setembro de 2022

No primeiro turno das eleições, o Partido Operário Revolucionário (POR) fez a defesa, junto à classe operária e aos demais explorados, de que não deveriam confiar nas eleições para enfrentar o desemprego, o subemprego, a terceirização, os baixos salários, a destruição de direitos trabalhistas, enfim, para enfrentar a brutal exploração que sofre a maioria oprimida. Nas condições em que o POR em construção não tinha como ter candidaturas próprias, defendeu perante os explorados o voto nulo, sendo essa a melhor resposta diante das eleições dominadas pelos grandes partidos da burguesia, cujo resultado será o de substituir um governo burguês por outro. Assim, o POR mostrou em sua campanha que a classe operária deve confiar apenas em suas próprias forças. Ou seja, que deve confiar em sua capacidade de luta coletiva, confiar apenas em seus meios de combate à pobreza, miséria e fome, como a greve, manifestação, ocupação e bloqueio. Não devem, portanto, jamais confiar nos partidos e nas candidaturas burguesas, ou que servem à burguesia.

Na porta das fábricas, com o Boletim Nossa Classe, o POR chamou os operários a se colocarem em defesa de um programa próprio de reivindicações, e a exigirem dos sindicatos que convocassem as assembleias para organizar um movimento pelos empregos, salários e direitos trabalhistas; um movimento pelo fim da contrarreforma trabalhista de Temer, e da previdenciária, de Bolsonaro.

O Boletim Nossa Classe mostrou o quanto é necessário acabar com a terceirização, que tem servido para rebaixar os salários e submeter nossa força de trabalho a empresas de terceirização. Mostrou o quanto é necessário enfrentar o fechamento de fábricas, ocupando imediatamente aquelas que estão sendo fechadas, impondo o controle operário da produção, e exigindo a estatização sem indenização aos capitalistas. Inúmeras fábricas foram fechadas, sem que as direções sindicais organizassem as ocupações e defendessem a estatização.

Todo trabalhador sente na pele a alta do custo de vida, que, combinada com o desemprego, leva milhões de famílias à miséria e à fome. Está aí a barbárie da “Cracolândia”, gerada pelo capitalismo em decomposição, para retratar as denúncias do Boletim Nossa Classe.

Diante do governo Temer, que nasceu do golpe de Estado, passando pelo governo Bolsonaro, eleito em 2018, o Partido Operário Revolucionário vem sistematicamente trabalhando pela organização e união da classe operária, em defesa de seu programa próprio de reivindicações e contra o fechamento de fábricas.

Vieram as eleições depois do movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e o Partido Operário Revolucionário manteve a luta pelo programa próprio, pela organização independente dos explorados diante dos partidos da burguesia, e unidade operária no combate às demissões, ao fechamento de fábricas, ao salário-mínimo de fome, às demissões, enfim, contra todo ataque dos governos burgueses e dos capitalistas às condições de exis-

tência da maioria oprimida. Agora, os explorados estão sendo chamados a votar no segundo turno em Lula ou Bolsonaro.

De fato, permaneceu a polarização entre o candidato da coligação do PT e da coligação do PL. O que muda é a correlação de forças dos aparatos partidários ligados ao Estado e do alinhamento das frações burguesas, que passam a sustentar as candidaturas rivais. No fundamental, permanece a divisão da maioria oprimida, que foi sendo arrastada, desde o primeiro turno, por detrás das duas candidaturas que servem à classe capitalista.

A luta por um governo da maioria oprimida se dará por meio da revolução proletária, que constituirá um governo operário e camponês. Esse é o objetivo estratégico que guia a política do POR, em todas as circunstâncias de enfrentamento das massas oprimidas com seus opressores, e, em particular, diante das eleições, que desviam os explorados de seu caminho próprio de luta, e que definem qual partido e aliança governamental garantirá a manutenção do capitalismo.

Mais uma vez, os explorados são convocados a decidir pela eleição de um governo que não será seu governo, mas sim um governo absolutamente subordinado, em última instância, aos interesses gerais da classe capitalista exploradora e esmeadora de milhões de brasileiros. A luta por um governo da maioria oprimida se dará por meio da revolução proletária, que constituirá um governo operário e camponês. Esse é o objetivo estratégico que guia a política do POR, em todas as circunstâncias de enfrentamento das massas oprimidas com seus opressores, e, em particular, diante das eleições, que desviam os explorados de seu caminho próprio de luta, e que definem qual partido e aliança governamental garantirá a manutenção do capitalismo.

Nenhum apoio dos explorados para constituir um novo governo dos exploradores, seja com Lula, seja com Bolsonaro! Vote Nulo! Esse é o conteúdo político da posição do POR, tanto no primeiro como no segundo turno. Mas, sabemos que o voto nulo em si se perde no emaranhado das eleições burguesas. Eis por que o POR não fez e não faz campanha pelo voto nulo em si mesmo.

Mostramos e explicamos durante toda a campanha do primeiro turno que a defesa do voto nulo se subordina à organização dos explorados no seu terreno da luta de classes, e sob seu programa próprio de reivindicações e de enfrentamento às relações capitalistas de escravização assalariada. O mesmo conteúdo classista e a mesma diretriz voltada a opor a classe operária à classe burguesa continuam vigentes no segundo

turno. Isso nas condições políticas em que o POR se encontra em desenvolvimento, e os explorados não se acham ainda em condições de impor à burguesia um partido revolucionário nos marcos da própria democracia burguesa.

O fato de reduzirem sensivelmente os votos nulos e brancos no primeiro turno indica que a polarização eleitoral e a divisão entre as massas, promovidas por um rico e poderoso aparato de propaganda ideológica da burguesia, elevaram às alturas as ilusões democráticas, de que o resultado dessa disputa será benéfico para os pobres e miseráveis, a depender de quem seja o eleito.

Não há dúvida de que os milhões que deram a vitória a Lula no primeiro turno expressaram uma rejeição progressiva, em relação à candidatura obscurantista de Bolsonaro. No entanto, suas insatisfações sociais e seus instintos de revolta foram e são canalizados para a ilusão de que Lula fará um governo para os pobres e miseráveis. Os milhões que seguiram Bolsonaro, por sua vez, expressaram e expressam as camadas mais apreensivas da classe média, que se sentem acossadas pela crise econômica, e que pressentem um horizonte de ruína mais aguda de suas condições de classe privilegiada, em relação à pobreza e à miséria da maioria.

É preciso, porém, assinalar que a classe média evidenciou um peso consideravelmente capaz de influenciar politicamente, e de arrastar eleitoralmente por detrás de seu conservadorismo e de seus prejuízos uma camada de operários, de pobres e miseráveis para o bolsonarismo. Não por acaso, os sindicatos e movimentos se destacaram na arrematada das massas por detrás de Lula, como parte, evidentemente, de todo um aparato que o PT e aliados montaram, desde que se ergueram como uma força política nos marcos do Estado burguês. Da parte de Bolsonaro, destacaram-se as igrejas evangélicas, grupos econômicos e o braço armado do Estado (Forças Armadas e polícias).

No segundo turno, acirram-se as disputas, com um realinhamento maior ainda dos aparatos de ambos os lados. As massas, assim, servem de instrumento à polarização no seio da política burguesa, que, por sua vez, expressa o agravamento das divisões interburguesas, nas condições de avanço da crise econômica nacional e internacional.

Sem um poderoso partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, os explorados não puderam contar com uma direção que desse expressão política e organizativa às necessidades vitais da maioria oprimida, contrapostas aos aparatos burgueses, à arrematada ideológica, à democracia oligárquica e à decomposição de conjunto da política burguesa e pequeno-burguesa.

As correntes de esquerda, que contaram com candidaturas próprias, a exemplo do PSTU e PCB, foram esmagadas pela polarização. Mas esse não foi o problema fundamental.

O fundamental se encontra no fato de não se apresentarem como uma direção revolucionária, cujo dever era o de empunhar a estratégia e o programa da revolução proletária, de forma a utilizar as eleições e as suas candidaturas como meios auxiliares à luta de classes e à defesa do programa próprio dos explorados. Justamente, por não corresponderem a essa exigência principista, acabaram declarando voto em Lula, no segundo turno. O PSOL, em sua condição de partido pequeno-burguês, sai das eleições mais adaptado ao parlamentarismo burguês.

Os trabalhadores e a juventude oprimida, passadas as eleições, logo vão se deparar com um novo governo, provavelmente, o de Lula, que terá de se sujeitar às determinações gerais da classe capitalista, que necessariamente continuará descarregando a crise sobre as massas. Caso seja Bolsonaro o vencedor, haverá um continuísmo, cuja política já foi reprovada pelas camadas mais pobres e miseráveis da classe operária, dos camponeses sofridos e de uma parcela arruinada da classe média. Mas, certamente, pesarão contra a luta independente dos explorados, a polarização e a divisão introduzidas no interior da maioria oprimida.

O trabalho do POR em defesa do programa de reivindicações, do método da ação direta, da organização de base, da libertação dos sindicatos do arrivismo da burocracia sindical e da estratégia da revolução proletária emergirá com mais força, e será identificado pelo proletariado como expressão genuína dos interesses dos pobres e miseráveis, do mais discriminados e marginalizados. A estratégia revolucionária corresponde ao programa de expropriação da burguesia, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e, portanto, da destruição do poder burguês e da constituição do poder da classe operária, da ditadura do proletariado.

É com essa concepção e com essa linha política que chamamos os trabalhadores a não confiarem nas eleições burguesas, a confiarem em suas próprias forças, a lutarem por um programa próprio de reivindicações e a votarem nulo, tendo por objetivo fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Trabalhadores e juventude oprimida, estejam com o Partido Operário Revolucionário e contra os partidos da burguesia!

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos pela independência de classe diante da política dos capitalistas!

Trabalhadores e juventude oprimida, votem nulo no segundo turno!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Novas composições no segundo turno

As pesquisas de intenção de voto ficaram muito comprometidas com os erros de previsão do resultado do primeiro turno. Mas confirmaram a tendência geral de Lula arrematar o maior número de votantes a seu favor. Agora, as pesquisas novamente indicam que Lula está à frente, embora com uma diferença menor. Se se confirmar a tendência geral, estará assegurada a sua vitória. Mas, os próprios analistas receiam arriscar uma previsão, porque ainda é cedo, e as forças bolsonaristas têm campo para avançar.

Tudo indica que a derrota de Bolsonaro como maior possibilidade abriu caminho para os estrategistas eleitorais do PT obterem a aproximação do espectro de centro-direita da política burguesa e de setores empresariais. A escolha de Geraldo Alckmin para compor a chapa de Lula, ocupando a vice-presidência, seguiu o cálculo da necessidade da candidatura petista aproximar-se de uma importante fração da classe capitalista, sem o que seria muito mais difícil vencer as eleições, e, ainda muito mais difícil, governar o País, nas condições de crise econômica nacional e mundial.

A debilidade da candidatura denominada “terceira via”, representada por Simone Tebet, e escorada na coligação MDB, PSDB, e Cidadania, e seu completo naufrágio, abriram a possibilidade de uma divisão no segundo turno, parte pendendo para Lula, parte para Bolsonaro. O mais importante, porém, desse estilhaçamento da coligação, foi o fato de Tebet, não apenas declarar apoio a Lula, como também se colocar como seu cabo eleitoral. Esse feito estava mais ou menos previsto. Tebet se destacou, no Senado, como um dos parlamentares mais crítico à política de Bolsonaro no período da Pandemia, ao ponto de se colocar à frente da CPI da Covid. Preparava-se assim para a disputa eleitoral que viria mais adiante. O quarto colocado, Ciro Gomes, fez um gesto formal de apoio a Lula, mas seu partido, PDT, logo se juntou ao bloco petista.

Nas fileiras do bolsonarismo, também houve alguns deslocamentos em direção a Lula, como é o caso do prefeito evangélico de Belford Roxo, importante município do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense.

Uma plêiade de intelectuais e economistas do PSDB, críticos contumazes do lulismo, por seu turno, não se pejamaram em declarar seus votos ao candidato do PT. Finalmente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso apareceu em público, definindo-se pela vitória de Lula.

Em um encontro chamado de “Derrubando Muros”, o caudilho petista selou uma aproximação com setores do agronegócio. É sintomático que Alckmin tenha conseguido trazer para as hostes de Lula um representante do agronegócio, Pimenta da Veiga, muito ligado a Bolsonaro. Lula necessita atrair uma parcela do agronegócio, que se firmou como uma poderosa base para a direita e a ultradireita.

Tudo indica que, do lado do Bloco do PL, do bolsonarismo, os apoios já eram esperados, como os dos governadores eleitos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os evangélicos atuam como batalhões, para reduzir a rejeição da imensa maioria do eleitorado feminino a Bolsonaro. Lula e o PT se veem pressionados a declararem-se contrários ao direito de aborto, e a

assumirem o compromisso de darem continuidade às benesses fiscais às igrejas, criadas pelo presidente da República.

A descrição desses deslocamentos mostra que a vitória no primeiro turno, mesmo que apertada, e perspectiva de Lula derrotar Bolsonaro no segundo turno, ainda que apenas como maior possibilidade, estabeleceram uma ampla aliança burguesa opositora ao continuísmo.

O presidente conseguiu controlar o Congresso Nacional, principalmente a Câmara de Deputados, por meio do “orçamento secreto”, e manter ao seu lado as Forças Armadas, mas fracassou em domar a cúpula do judiciário, cujas várias decisões se chocaram com a tentativa de Bolsonaro se impor como um governante bonapartista. As divisões na política burguesa e na burocracia do Estado se manifestaram com maior virulência na dissonância entre o Executivo e o Judiciário. As crises políticas sucessivas acabaram sempre passando por esse caminho, ao ponto de Bolsonaro e dos seus generais se esforçarem por colocar a “espada de Dâmoques” de um golpe de Estado sobre a cabeça do Supremo Tribunal Federal (STF). As desavenças em torno às urnas eletrônicas foi uma das cisões mais graves entre os dois poderes do Estado burguês. Eis por que ex-ministros do Judiciário estão declaradamente pela volta de Lula à presidência.

O movimento “em defesa da democracia”, que acabou envolvendo pesos pesados do empresariado, sem dúvida, fortaleceu os deslocamentos que, agora, no segundo turno, possibilitaram a almejada frente ampla antibolsonarista, que foi esboçada durante as manifestações do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, montadas assim que a Pandemia se arrefeceu e se esgotou a diretriz do “isolamento social”, do “fique em casa”. Está aí por que os objetivos eleitorais da bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment” acabaram confluindo com a rejeição de influentes setores da burguesia aos ataques dos bolsonaristas ao Judiciário, e à ameaça de golpe explicitada pelo próprio presidente da República.

As direções das mais importantes centrais sindicais, entre elas a CUT e Força Sindical, cabendo citar a CTB controlada pelos estalinistas do PCdoB, deram as mãos à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), sob o rótulo de “defesa da democracia e do Estado de Direito”. Essa fusão política entre organizações dos trabalhadores como as dos empresários demarcou um amplo campo de oposição burguesa à continuidade de Bolsonaro. Como a terceira via nasceu morta, somente restou a alternativa Lula, que manteve a ascendência sobre vastas camadas populares e sobre determinadas regiões do País, mais precisamente, sobre o Nordeste.

A recuperação dos direitos políticos de Lula e a condenação da Operação Lava Jato por “exceder os marcos legais” se deram em meio à agudização da crise de governabilidade, impulsionada pelas contradições econômicas, pelo avanço da barbárie social, e pela crescente desmoralização da conduta política de Bolsonaro e seus asseclas. Lula deixou a prisão como candidato que poderia galvanizar a oposição burguesa, que foi se ampliando, na medida em que o governo de Bolsonaro

afundava, incapacitado de responder às pressões da crise, e de manter unidas as forças burguesas, que lhe calçaram a vitória, em 2018, contra o petista Haddad.

O mais importante a ser extraído e compreendido da descrição desse processo reside no fato de a candidatura de Lula se potencializar e se manter firme na liderança da disputa eleitoral, graças à confluência de um setor da burguesia – peso pesado – que já não via como salvar o governo de Bolsonaro da catástrofe política, para uma solução ainda que não a mais desejada. Essa confluência desaguou no segundo turno no sentido de demarcar antecipadamente os limites traçados pelo poder econômico para um terceiro mandato de Lula.

Certamente, esses limites, que não podem ser delimitados com precisão, serão cobrados de acordo com as novas etapas da crise econômica e política, que em geral estão indicadas no horizonte. Em princípio, a administração de Lula terá de continuar com a política de descarregar a crise econômica e a desintegração do capitalismo sobre os ombros da maioria oprimida. As camadas mais pobres e miseráveis serão as responsáveis pela derrota de Bolsonaro, mas não terão como ver realizadas suas ilusões democráticas amplamente despertadas pela polarização nas entranhas das divisões e disputas interburguesas. O lugar de Lula como governante será o de utilizar sua ascendência sobre as massas e o controle da burocracia sindical para desviar e desarmar as tendências de revolta dos explorados, que ficaram ocultas e abafadas sob a polarização eleitoral.

No caso de Lula vencer, essa emersão de governadores de direita será um fator de instabilidade do governo federal, considerando o fato dessa orientação política prevalecer no Congresso Nacional. Essa correlação de forças que emerge das eleições, se se confirmar plenamente, será muito desfavorável ao governo de Lula, que estará, de um lado, nas mãos da aliança de centro-esquerda, e acossado pela aliança de direita e ultradireita, de outro.

Decomposição da democracia oligárquica

O PL e a aliança que encarnou o bolsonarismo saíram fortalecidos na composição do novo Congresso Nacional. Poderão dar um fôlego ainda maior ao denominado “centrão”. E como parte do espectro do centrão, a direita e ultradireita, comandada pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara de Deputados, se ergue como um de seus pilares. O PT conquistou a posição de segunda força parlamentar, mas, mesmo somado aos aliados de centro-direita, ficou muito aquém do bloco de força da direita e ultradireita. Há que considerar ainda a possibilidade dos bolsonaristas controlarem a governabilidade no Sudeste e Sul. Falta apenas a definição de segundo turno no estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Caso se complete esse quadro, em princípio, estará colocada a formação de uma aliança de direita e ultradireita bastante forte e hostil ao novo governo. No caso de Lula vencer, essa emersão de governadores de direita será um fator de instabilidade do governo fe-

Novas composições no segundo turno

deral, considerando o fato dessa orientação política prevalecer no Congresso Nacional. Essa correlação de forças que emerge das eleições, se se confirmar plenamente, será muito desfavorável ao governo de Lula, que estará, de um lado, nas mãos da aliança de centro-esquerda, e acossado pela aliança de direita e ultradireita, de outro.

Trata-se de um prognóstico geral, baseado na polarização do momento. Evidentemente, as contradições econômicas e a luta de classes condicionarão a dinâmica desses polos. Tendo em vista que os problemas econômicos e sociais tendem a se potencializar, nacional e internacionalmente, Lula dificilmente terá um espaço necessário para ocultar o caráter antioperário e antipopular de seu governo, como teve nos seus dois mandatos anteriores. E se verá na contingência de expor o seu servilismo diante das potências imperialistas.

A política burguesa de conjunto tende à direita, o que torna o peso da ultradireita mais significativo. Observamos que não se trata de um fenômeno estritamente nacional, mas de ordem internacional. O golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, guarda alguma semelhança na forma com o que acabou com o mandato de Collor de Melo, em dezembro de 1992. A diferença está em que o impeachment de Dilma expressou a tendência de direitização da burguesia em geral, que se manifestou ainda no governo de Lula, e que se encorpou no governo de Dilma, que se viu diante do fim do ciclo de bonança econômica, a qual favoreceu a governabilidade no período de seu antecessor.

Os governos de Temer e Bolsonaro impuseram as contrarreformas, há muito exigidas pelo capital financeiro e pelos credores da dívida pública do Brasil. Os governos petistas haviam cedido em favor das contrarreformas, mas não ao ponto de promoverem mudanças sistêmicas, como fizeram Temer e Bolsonaro. A direitização da política e da governabilidade burguesas se devem às contradições que se movem na base econômica do País, cujas tendências gerais são de baixo crescimento, estagnação e recessão.

Os sonhos do PT reformista, a idealização da implantação de um “governo democrático-popular”, a esperança de alcançar um “crescimento sustentável, com distribuição de renda” e a promessa de acabar com a fome ficaram enterrados nos anos de administração petista do Estado, e de adaptação às relações oligárquicas da democracia burguesa, que apodrece indistintamente.

Lula saiu da prisão para exercer o que conserva da força de um caudilhismo, potenciado no período em que o restabelecimento da democracia, após o fim da ditadura militar, permitiu um reordenamento das forças políticas burguesas, voltado a canalizar a revolta dos explorados e a disciplinar a luta de classe por meio da arregimentação dos sindicatos, da legislação punitiva e da repressão policial. Passado o processo de ascensão e queda do PT reformista, a retomada da escalada ao poder presidencial se dá nas condições em que a política burguesa pende à direita, e em que o caudilhismo de Lula depende ainda mais do apoio de poderosos grupos econômicos e do favorecimento do aparato do Estado.

No seio das massas, consolidou-se a ação das igrejas evangélicas, que vêm rompendo o velho monopólio da igreja católica. A política no estado do Rio de Janeiro está prenhe da

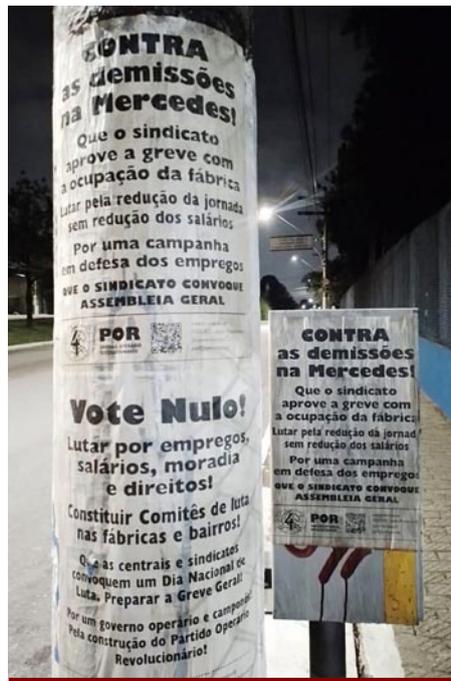
influência do proselitismo evangélico, de um lado, de das milícias, de outro. Em outros estados do Sudeste e do Sul, o bolsonarismo se aclimatou nas searas da classe média e dos pequenos e médios capitalistas. E o lulismo continuou apoiando-se na classe operária e nas massas pobres desses estados, e, sobretudo, nas dos estados do Nordeste. Mas, o reformismo já demonstrou sua impotência política diante dos choques entre as forças produtivas e as relações de produção, que ultrapassam as fronteiras nacionais, ou mais precisamente, que expressam o declínio mundial do capitalismo.

Não há, nos marcos do capitalismo envolto em contradições de caráter histórico, como a democracia, o seu ordenamento de poderes e os partidos da ordem se estabilizarem e estancarem o processo de decomposição. Não somente o bolsonarismo é a prova viva desse fenômeno, como o próprio PT, carcomido por todos os vícios, todas as distorções e todo tipo de arrivismo da política burguesa, antioperária e antipopular, que sobrevive em estado de putrefação, graças à profunda crise de direção, à desorganização dos explorados e, assim, ao atraso da revolução social, proletária.

A face antidemocrática das eleições

Não há novidade no fato de as eleições expressarem as características oligárquicas da democracia burguesa no Brasil. Mas, há particularidades que mostram o quanto avançou a sua decomposição. O Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral concentram privilégios e poder partidário. A lei que impede a contribuição do poder econômico na forma de contribuição jurídica se mostrou facilmente burlável. Grupos empresariais se empenharam em influenciar a polarização de forma aberta e ostensiva. O “orçamento secreto” favoreceu enormemente uma casta de parlamentares ligada ao presidente da República. Bolsonaro se utilizou descaradamente da máquina do Estado, não apenas se valendo do assistencialismo, como o “Auxílio Brasil” e subsídios a grupos sociais, como também da estrutura estatal.

A “guerra eleitoral” pelas redes sociais se fez com muito recurso financeiro, e com a perícia de traficantes de informações e de propaganda ideológica. As igrejas evangélicas foram acionadas em escala de um “exército” de “guerra ideológica”, evidenciando-se como uma grandiosa organização material apoiada no Estado, e protegida pelo governo Bolsonaro. Tornaram-se capazes de disputar com a igreja católica, que historicamente fez e faz parte do Estado, e serviu e serve de valioso instrumento para a dominação burguesa sobre as massas.



O Partido Operário Revolucionário (POR) utilizou-se das eleições para propagandear e agitar o programa próprio da classe operária, e demonstrar que, por meio do voto, se preserva o regime social de exploração do trabalho, fonte de pobreza, miséria e fome. A defesa do voto nulo se concretizou, principalmente, na porta de fábricas, por meio do Boletim Nossa Classe, e mais amplamente pelos cartazes.

As candidaturas e a consequente polarização entre Lula e Bolsonaro agiram como francamente arrebanhadoras das massas, divididas entre evangélicas e católicas, mulheres e homens, pretos e brancos, pobres e miseráveis, nordestinos e sulistas etc. Os planejadores de campanhas puderam esquadrinhar as relações sociais, econômicas e ideológicas, de forma a espalhar falsificações, mentiras e promessas, graças aos milhões e milhões conferidos pelos Fundo Partidário e Fundo Eleitoral, pelo “orçamento secreto”, pela intervenção de grupos empresariais, pelos canais da burocracia do Estado e das instituições religiosas e civis.

Há que acrescentar o fato de os sindicatos e centrais sindicais terem sido arrastados por essa avalanche de disputa política e ideológica nos marcos da dominação burguesa sobre a maioria oprimida. O que indica o alto grau de estatização das organizações sindicais. A política de conciliação de classe, cuja fonte mais copiosa se encontra no PT, circundado pelos aparatos da esquerda reformista, estalinista e socialdemocrata, não escapa à força dos aparatos e condicionamentos das igrejas. Bolsonaro, de católico, se identificou com as igrejas evangélicas; Lula sempre foi um adepto do catolicismo. Todas essas expressões políticas e ideológicas da dominação burguesa vieram à tona com meridiana clareza e na forma de “guerra” pela arregimentação da maioria oprimida, e, entre ela, da classe operária, que é a

classe revolucionária capaz de alcançar a independência política e organizativa por meio da construção de seu partido, que encarna o programa da revolução social.

A luta pela independência de classe do proletariado

É nas condições acima descritas, analisadas e avaliadas do ponto de vista dos explorados que o Partido Operário Revolucionário (POR) utilizou-se das eleições para propagandear e agitar o programa próprio da classe operária, e demonstrar que, por meio do voto, se preserva o regime social de exploração do trabalho, fonte de pobreza, miséria e fome.

A defesa do voto nulo se concretizou, principalmente, na porta de fábricas, por meio do Boletim Nossa Classe, e mais amplamente pelos cartazes.

Esteve e está claro no segundo turno que o POR lutou e luta na contracorrente da contundente polarização político-eleitoral. O que explica a drástica diminuição dos votos brancos e nulos. Em outras palavras, não foi possível a uma parcela importante das massas mostrar seu descontenta-

mento e reprovação da política governamental por meio do voto branco e nulo. A imensa maioria da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia arruinada e da juventude oprimida foi arregimentada para as duas candidaturas, que, sem dúvida, se distinguem pelo democratismo e pelo autoritarismo burgueses.

O POR não desconhece, nem desconsidera, as diferenças entre um governo de centro-esquerda e um de ultradireita. A experiência com o mandato de Bolsonaro mostrou que seus traços de governo bonapartista, tendente aos traços fascistas, não puderam prosperar ao ponto de concorrer ao segundo mandato como candidatura francamente fascista, como avaliam o PT e correntes de esquerda.

É necessário ter claro se, de fato, os explorados estão diante de um golpe fascista, que põe em risco a própria democracia burguesa. A tendência geral da burguesia de pender para a direita não é suficiente para se afirmar que a democracia esteja às portas de sua liquidação. A instabilidade do regime político é enorme, ao ponto de Bolsonaro acenar com o desejo de se manter no poder por meio de um golpe. Emergiu um setor da burguesia disposto a uma aventura golpista. Bolsonaro foi obrigado, porém, a se sujeitar à disputa com seu mais odiado rival, evidenciando, assim, que a fração mais poderosa do capital, amparada pelo imperialismo, não chegou à conclusão de que o funcionamento democrático está, na presente situação, esgotado.

É importante essa avaliação, porque as esquerdas que lançaram candidaturas à presidência – PSTU, PCB e UP – decidiram pelo voto em Lula no segundo turno, sob a justificativa de combate ao fascismo. Procura-se mascarar as suas políticas oportunistas, com as quais participaram das eleições com candidaturas próprias. Como partidos legalizados e com acesso aos recursos eleitorais do Estado, poderiam aproveitar para expor aos explorados o caráter burguês das eleições e da polarização entre Lula e Bolsonaro, de forma que, munidos de princípios classistas, poderiam ter, desde o primeiro turno, se colocado no terreno da luta pela independência de classe do proletariado. Mas, o centrismo e o estalinismo (PCB e UP são variantes do estalinismo), desenvolvem uma política no seio da democracia burguesa, que se manifesta em contradição com o programa da revolução e ditadura do proletariado. Foram esmagados pela polarização, sem que pudessem tirar proveito eleitoral das ilusões democrática das massas, e da adaptação oportunista à democracia comandada pela oligarquia capitalista. Essa conduta tão somente repete posições anteriores, mas

Novas composições no segundo turno

em situação de maior arrivismo pequeno burguês.

Uma importante mudança passa a ocorrer a partir dessas eleições. Ao vigorar a cláusula de barreira, perderão uma fonte de financiamento de suas políticas oportunistas, podendo inclusive ficar impossibilitados de participar em futuras eleições. Eis por que o PSOL correu a se federar com o partido de Marina Silva, o Rede. Esse partido pequeno burguês, nascido no ventre do PT, se salvou da lei discricionária, graças à profunda adaptação nos marcos da democracia burguesa. Mas, nenhum partido assentado essencialmente na classe média pode garantir-se por muito tempo entrelaçado à democracia oligárquica.

Notamos que todos os partidos caminharam à direita, de forma mais ou menos pronunciada, como reflexo das tendências burguesas. Sem estar com os dois pés fincados no campo da independência de classe, era impossível nessas eleições polarizadas as esquerdas não serem arrastadas para posições mais à direita do que de costume. O voto no segundo turno em Lula é consequência das posições desenvolvidas no primeiro turno.

Houve pequenos agrupamentos anarquistas e ultraesquerdistas que se colocaram pelo voto nulo, mas, como tais, não puderam se apresentar com uma tática eleitoral que correspondesse à estratégia revolucionária. Uma parte dessa militância terá de compreender a política do POR para abraçar o programa da revolução proletária. As bases operárias ou proletarianizadas do PSTU, do PCB e UP terão de romper com o oportunismo e se colocar pelo fortalecimento do POR.

O isolamento sofrido pelos marxista-leninista-trotskistas é passageiro, restrito à polarização eleitoral, uma vez que a defesa do programa, dos métodos próprios de combate dos explorados, da organização e democracia proletárias estão de acordo com as condições objetivas da crise e da desintegração do capitalismo. As massas logo verão que o novo governo, seja Lula, seja Bolsonaro, não poderá cumprir o que prometeu, e terá de aplicar medidas antinacionais e antipopulares, para assegurar os interesses dos banqueiros, industriais, latifundiários e agroindustriais.

O programa divulgado e explicado pelo POR se manterá no dia seguinte ao segundo turno como a única via para a classe operária e os demais oprimidos se defenderem contra a barbárie da fome. Barbárie essa que se vem potenciando com a guerra comercial impulsionada pelo imperialismo e pela guerra militar, que despedaça a Ucrânia e se reflete em toda a Europa e no mundo.

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

PSTU, PCB E UP LANÇAM APOIO A LULA NO 2º TURNO

No Jornal Massas anterior (674), apresentamos uma nota de crítica à atuação dos partidos centristas no 1º turno das eleições. O essencial dessa crítica foi que seguiram alimentando ilusões eleitorais nas massas, deixando assim de utilizar do processo eleitoral para desenvolver uma posição de independência de classe, o que exigia realizar a propaganda das bandeiras estratégicas do proletariado, a revolução e ditadura proletárias.

Como esperado, os três partidos lançaram apoio à candidatura burguesa de Lula no 2º turno. O PCB foi o mais apressado, e emitiu sua nota poucas horas depois do resultado do primeiro turno. O PSTU vacilou

por alguns dias, remarcando o lançamento de sua posição, mas, como é de costume, apresentou seu voto crítico. Já a Unidade Popular, demorou mais de uma semana para divulgar a sua posição, mas, diferente do PSTU, que tentou preencher seu apoio com críticas e alertas de que o PT não vai resolver os problemas dos trabalhadores, a UP lançou sua campanha com entusiasmo, marcando encontros com Gleisi Hoffmann e o próprio Lula.

O que une esses três partidos no segundo turno é o argumento de que as massas, que deveriam ter votado neles no primeiro turno, agora, devem votar em Lula, contrapondo-o

ao fascismo. Trata-se de um grosseiro espantinho, já que, se se está na iminência do fascismo, todos eles deveriam ter chamado o voto no PT, desde o 1º turno. O risco do fascismo só passou a existir no segundo turno? Para justificar tal impostura e arremeter um pequeno setor da classe operária e da vanguarda que seguem suas políticas, lançam bandeiras oportunistas como “ocupar as ruas para derrotar Bolsonaro nas urnas”, etc.

A luta da vanguarda com consciência de classe passa pela crítica ao oportunismo eleitoral das correntes de esquerda, pois, fortalecem as ilusões democráticas nas massas.

Ceará

A vitória de Elmano/PT no 1º turno e a nova configuração das forças burguesas no estado

O resultado das eleições para governador do estado do Ceará revelou uma vitória surpreendente do candidato petista Elmano de Freitas. Com 100% das urnas contabilizadas, Elmano conquistou 54,02% dos votos válidos (cerca de 2,8 milhões de votos), contra 31,72% do Cap. Wagner/União Brasil (cerca de 1,6 milhão de votos), e 14,14% de Roberto Cláudio/PDT (734 mil votos), encerrando a disputa do 1º turno.

A vitória de Elmano no 1º turno não era esperada como certa, embora seus aliados não descartassem a possibilidade, dado o crescimento vertiginoso nas últimas semanas. Elmano, que ocupava a 3ª posição nas intenções de voto, no início de setembro, superou rapidamente Roberto Cláudio e, em seguida, Wagner, abrindo distância diante do candidato da direita, na reta final.

A vitória do PT ao governo não se explica pelas qualidades pessoais de Elmano (uma figura pouco conhecida dos cearenses). Basta lembrar que, em 2020, disputou e perdeu as eleições para a prefeitura de Caucaia, terminando num melancólico 4º lugar, com menos de 8% dos votos. Sua fulgurante vitória ao *Palácio da Abolição* deveu-se, em grande medida, às articulações e força política de Camilo e, antes de tudo, à indiscutível arregimentação eleitoral do caudilho Lula.

A substituição de Camilo por Elmano no governo do estado (Izolda Cela cumpre apenas um mandato tampão) significa a substituição de um personagem neopetista, próximo dos Ferreira Gomes e, durante muito tempo, mais fiel à oligarquia que ao próprio PT, por um quadro tradicional e histórico do reformismo. Certamente que a crise da oligarquia e a polarização política nacional já empurravam Camilo, gradualmente, à centralização nacional petista. Desta vez, porém, o PT tradicional passará a montar a coligação (incluindo as negociações com os Ferreira Gomes),

e a coordenar as ações do governo.

Do ponto de vista das disputas interburguesas, a ruptura temporária e a crise que se abriu no seio da oligarquia deram razão aos irmãos Ivo e Cid, contra Ciro, e impediram uma catástrofe ainda maior do clã dos Ferreira Gomes. O candidato do PDT bancou pessoalmente a ruptura com o PT, tanto na disputa federal como na estadual. As pesquisas, porém, indicavam o derretimento paulatino das suas forças, em ambos os pleitos. O fracasso revelado na totalização das urnas não era inesperado, contudo, foi ainda pior que a expectativa. Ciro, que, em 2018, teve quase 2 milhões de votos no Ceará, nas presidenciais (40,9% dos votos válidos), obteve agora menos de 370 mil (apenas 6,80% dos votos válidos). A polarização política entre o nacional-reformismo e a ultradireita, no estado, não deixou margem para a viabilização de uma alternativa burguesa. Eis a razão para que também o candidato de Ciro ao governo estadual, Roberto Cláudio/PDT, tenha amargado um distante 3º lugar.

O fracasso do cirismo foi acompanhado do fortalecimento das posições do PT e da ultradireita no estado (PL/União Brasil). Em 2018, o partido de Elmano havia eleito 5 deputados estaduais. Em 2022, emplacou 8, e se manterá como a segunda força da Assembleia Legislativa. O União Brasil, de Wagner, manteve seus 4 parlamentares, ao passo que o PL, de Bolsonaro, aumentou de 3 para 4 o número de seus deputados. O PDT dos Ferreira Gomes, graças à vinculação de suas campanhas de rua à imagem de Lula, perdeu apenas 1 deputado, caindo de 14 para 13 parlamentares; continuará sendo o maior partido da Assembleia, o que garante governabilidade a Elmano. O MDB foi o grande derrotado. Apesar da vitória de Eunício Oliveira na disputa de uma vaga para a Câmara Federal (tendo Lula como cabo eleitoral), o MDB caiu de 6 para 3 deputados estaduais.

Entre as esquerdas, o PSOL, que atrelou todas as suas candidaturas à imagem do ex-presidente petista, manteve seu deputado estadual (Renato Roseno), e melhorou seu desempenho. Dobrou o número de votos para deputados federais (passando de 61 mil para 119 mil), e ampliou bastante seu contingente de votos para deputado estadual (De 107 mil, para 155 mil). Seu crescimento eleitoral, todavia, não é expressão do desenvolvimento partidário (a legenda vive uma crise interna), nem reflexo direto de sua própria força, de sua penetração entre as massas, da organização das lutas etc., mas, ao contrário, do oportunismo eleitoral, da vinculação desesperada com Lula, e da aliança com a máquina petista.

A votação dos candidatos das esquerdas centrista e estalinista acabou num rotundo fracasso. Os candidatos a presidente pelo PCB (Sofia Manzano) e UP (Leonardo Péricles) obtiveram apenas 1.579 e 1.129 votos, respectivamente. Na disputa pelo governo do estado, PCB e UP não se saíram melhor. Seus candidatos, Chico Malta e Serley Leal, obtiveram apenas 3.015 e 1.881 votos. O PSTU, que lançou Vera Lúcia à presidência, obteve menos da metade dos votos da eleição anterior (2018), caindo, de 1.563, para 717. Nas

eleições para governador, o PSTU colheu um resultado ainda pior: seus votos recuaram de 5.060, em 2018, para 1.507, em 2022.

As abstenções tiveram pequena alta, passando, de 17,33%, para 17,46%, enquanto nulos e brancos recuaram significativamente, de 4,70%, para 3,12%, e de 12,83%, para 4,43%, respectivamente.

O POR interveio nas eleições defendendo o voto nulo programático. Explicou que que estava obrigado a fazê-lo, uma vez que não havia candidaturas revolucionárias ou que expressassem uma fração do proletariado em luta contra a burguesia, assim como estava impossibilitado de lançar candidaturas próprias. Realizou sua campanha nas ruas, com calagens de cartazes, atos e panfletagens, chamando a atenção dos explorados para o fato de que *independente das eleições é preciso lutar por nossas próprias reivindicações*. Assim, esteve nas portas de fábrica, obras da construção civil, universidades e bairros, defendendo a independência de classe dos explorados, e a necessidade da CUT, CTB, demais centrais e movimentos convocarem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, único caminho para defender as condições de vida das massas, e enfrentar a ofensiva da burguesia e seus governos.

Rondônia

Candidaturas bolsonaristas disputam no segundo turno

A disputa ao cargo de governo no estado contava com cinco candidatos. Rios de dinheiro foram despejados pelos candidatos, para arrastar os explorados. A eleição estadual expressou a disputa nacional entre Bolsonaro e a Lula. O candidato bolsonarista, coronel Marcos Rocha/União, concorreu à reeleição. Fez de tudo para que o pleito se encerrasse no primeiro turno. No entanto, o resultado colocou duas candidaturas bolsonaristas na disputa: coronel Marcos Rocha, que obteve 38,88% dos votos válidos; e Marcos Rogério/PL, com 37,05%.

Chamou a atenção, a baixa votação obtida pelo candidato apoiado pelo PT, Daniel Pereira, do Solidariedade, que ficou em quarto lugar, com 9,57%. O PSOL, que declarou apoio a Lula, lançou o candidato Pimenta de Rondônia, conseguindo a ínfima quantia de 3.660 votos, 0,43%. Os votos nulos e brancos foram baixos, refletindo a polarização entre Lula e Bolsonaro.

No segundo turno, a imprensa noticiou que o candidato Daniel Pereira apoiará Marcos Rogério, com o argumento de que não ficará neutro.

A tática do POR no período eleitoral esteve centrada na bandeira: Nenhuma ilusão nas eleições burguesas. Confiar somente em nossa própria força coletiva. Convocou os explorados e a juventude oprimida a acreditarem nas suas próprias forças, para pôr de pé um programa de reivindicações, que expressasse a independência de classe dos explorados.

Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra é reeleita sobre a base de uma aliança oligárquica

Com a maior votação da história do RN para o cargo de governador (58,31%), Fátima Bezerra se reelege governadora. Para isso, contou com uma aliança com a oligarquia Alves, que retorna ao poder, com o vice-governador Walter Alves (MDB). Tal votação se deve não somente à influência do caudilho Lula (venceu em todas as cidades, com exceção de Parnamirim), mas em grande parte à aliança com os Alves, que possibilitou a capitalização dos votos nas cidades do interior do estado.

O governo de Fátima (PT/MDB) dará continuidade à política de proteção à grande propriedade capitalista e aos latifundiários, raiz do atraso das forças produtivas. Será um governo que continuará acobertando a superexploração dos operários e demais trabalhadores, e a opressão dos camponeses pobres. Para o Senado, venceu, com 41,73% dos votos, o bolsonarista, e relator da Reforma Trabalhista, Rogério Marinho (PL), derrotando o candidato da aliança do PT com a oligarquia Alves, o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (PDT, com 33,61% dos votos). Uma parte da base eleitoral do PT, revoltada com o apoio de Fátima e do PT ao Carlos Eduardo Alves (PDT), votou no candidato burguês Rafael Motta (PSB), que obteve 22,76% dos votos. A divisão da base eleitoral petista em torno das duas candidaturas possibilitou a eleição do bolsonarista Rogério Marinho, que contou com um poderoso aparato estatal e oligárquico.

Na Assembleia Legislativa, avança a polarização entre PT e bolsonarismo, embora o PSDB, controlado pelo presidente da AL, Ezequiel Ferreira, conserve ainda a maior parte dos assentos.

As eleições do RN atestam a divisão interburguesa no estado, polarizada entre bolsonarismo e petismo. O que importa é que as massas foram arrastadas por essa divisão, pressionada a escolher os seus futuros opressores. Nas portas de fábricas, nas manifestações e locais de trabalho, o POR chamou os explorados a não confiarem nas eleições burguesas, a se organizarem pelas suas reivindicações, seja qual for o governo que assumir. Na impossibilidade de lançar candidaturas revolucionárias, o voto nulo pela independência de classe e construção do partido revolucionário foi a posição do POR. O POR continuará atuando para que os explorados do RN esgotem sua experiência com governo burguês de Fátima Bezerra, conquistem sua independência de classe, e se organizem pelas reivindicações, com o método da ação direta.

Intervenção do POR nos debates

Balanço das eleições e expectativas na Mesa de Debates

No dia 5 de outubro, um militante do POR participou de uma entrevista no programa MESA DE DEBATES, dirigido por Guilherme, e transmitido pela internet. O tema foi o balanço do POR acerca do primeiro turno das eleições gerais de 2022. Transcrevemos abaixo.

Gostaria de começar por uma exposição sintética de nosso balanço, embora parcial.

De início, é importante a constatação de que a vantagem que Lula conseguiu nesse primeiro turno não confirmou a expectativa que havia, de uma vantagem maior, e até vitória no primeiro turno. A diferença, de 48,41% para 43,21%, está mostrando uma força eleitoral do Bolsonaro acima das expectativas que circulavam nos meios políticos.

Esse resultado indica que a polarização será mais acirrada ainda no segundo turno. Já se observam os movimentos dos candidatos para ampliar o arco de alianças. Bolsonaro conseguiu o apoio de dois governadores recém-eleitos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, conta a seu favor com o resultado significativo que conseguiu no Sul, e que deve manter (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), além de manter o apoio tradicional que tem no Centro-Oeste; Do outro lado, há uma grande possibilidade de Lula manter o apoio dos eleitores do Norte e Nordeste, e conseguir o apoio do MDB, PSDB, PDT e Cidadania. Uma parte do grande empresariado já havia manifestado seu apoio a Lula, antes mesmo do primeiro turno. Fato significativo nessa direção foi o apoio explícito dado pelo ex-ministro Henrique Meirelles, um homem do sistema financeiro.

Neste balanço parcial, que somente após o segundo turno poderemos concluir, o que destacamos são algumas questões:

Primeiro: esse resultado é a expressão da política burguesa, que, no momento eleitoral, expõe uma fratura no seio da burguesia, e expõe também o estado de ânimo da pequena burguesia.

Segundo: a democracia burguesa e as respectivas eleições são a caixa de ressonância dos interesses burgueses, portanto, alheios às necessidades dos operários dos camponeses e da pequena burguesia urbana, por isso, porque a democracia burguesa é a caixa de ressonância dos interesses da burguesia, há todo um esforço para esconder o caráter de classe da democracia, das eleições e dos partidos que dela participam. Quem decide as eleições não são as massas, mas a minoria burguesa, que tem o poder econômico e político, haja vista o peso que do Fundo Partidário e Eleitoral de mais de 5 bilhões de reais, sem contar com o poder econômico dos partidários dos grupos que disputam as eleições. Além disso, no caso de Bolsonaro, que, durante todo seu mandato, atacou as condições de vida das massas, na reta final do primeiro turno, criou o auxílio Brasil de R\$ 600 e outras benesses, para tentar se cacifar.

Mas, do lado do PT, também houve o esforço de arregimentação das massas, de arrastá-las para a disputa eleitoral, materializado, principalmente, na unidade da centrais sindicais, que apresentaram a candidatura do Lula como a panaceia para resolver todos os problemas do desemprego, do subemprego, da fome, da miséria, dos baixos salários, das demissões, da perda de

direitos, etc. Ademais, juntaram-se a organizações empresariais, no movimento “em defesa da democracia”, numa movimentação claramente eleitoreira, voltada a induzir as massas a hipotecarem a solução dos seus problemas às eleições burguesas.

Dessa forma, como balanço preliminar, o que nós pensamos é que a polarização eleitoral dividiu os explorados, que deveriam estar unidos nos seus sindicatos, sob um programa próprio, defendendo sua estratégia de poder e o socialismo. Mas, a polarização eleitoral, gestada no Estado burguês, no seio das forças burguesas, acabou dividindo as massas. A polarização não nasceu no interior das massas, mas, no interior do Estado, no seio da classe capitalista, no contexto da crise econômica, que é anterior ao processo eleitoral.

Essa polarização já se manifestou durante a Pandemia. Há que lembrar toda a disputa sobre como enfrentar a situação de Pandemia: se com as políticas do Isolamento social ou com a política de Bolsonaro. Naquele momento, também assistimos à guerra comercial em torno às vacinas, patrocinada pelo imperialismo, que procurou bloquear a aquisição das vacinas chinesas e russas, para favorecer os laboratórios das potências. Parte desse processo de polarização, naquele momento, também foi a CPI da Covid, que tinha como finalidade fornecer subsídios para o impeachment de Bolsonaro. Como consequência daquelas movimentações, também tivemos as ameaças golpistas, apoiadas pelos generais bolsonaristas, que contribuíram decisivamente para o recuo das forças que tentavam o impeachment do presidente.

No meio dessas disputas, o proletariado enfrentou o fechamento de fábricas, as demissões massivas, os acordos de redução de salários, que não tiveram como resposta, por parte dos sindicatos, um movimento de resistência. Pelo contrário, os sindicatos e as centrais, quando puderam chamar as massas a se mobilizarem, não foi para defender os empregos e salários, nem as condições de trabalho e de vida dos explorados, mas para servirem de base social da bandeira eleitoral de “Fora Bolsonaro”, já indicando que a saída para essa situação teria de ser a eleição de um candidato de oposição, ou seja, Lula.

Esse processo de colaboração de classes garantiu a continuidade do governo Bolsonaro e serviu para o PT e a burocracia sindical, alinhada a ele, potencializar a candidatura de Lula, que protagonizaria a polarização eleitoral com Bolsonaro.

Pergunta: O debate político – pós primeiro turno – começou ruim. Ao invés de trazer os interesses dos trabalhadores, começou a se discutir quem é cristão e quem é satanista. E não só por parte da direita, mas, também por parte de setores da esquerda. O que você teria a dizer quanto a esse debate, que pautou os dois primeiros dias do segundo turno?

Esses episódios nada mais fazem do que confirmar que o que predomina é a mesma polarização que estamos acompanhando desde o primeiro turno. Não estão realmente presentes no debate político os interesses vitais da maioria oprimida, das maiorias exploradas. O que está colocado apenas é uma disputa eleitoral, que representa uma fratura no seio da burguesia.

O que deve ser debatido, do ponto de vista das massas, não

está pautado nesse processo que você está indicando na sequência do primeiro turno, ou seja, esta polarização vai acirrar-se, e a polarização vai continuar desprezando os interesses da maioria oprimida. A maioria oprimida não se expressa nessas polêmicas. Então, nos próximos dias, vão aparecer outros tipos de acusações, já estão falando da simpatia ou vinculação do Bolsonaro com a Maçonaria, evidentemente tentando atacar a base evangélica dele. Mas, esse é um debate que não interessa às massas, o que os trabalhadores precisam é defender seus empregos, seus salários, e isso está completamente ausente. É bem provável que, durante todo este mês de outubro, surjam diversos episódios, diversos ataques desta natureza, dos mais bizarros possíveis, como essa coisa de satanismo, por exemplo. (...) O que o POR defende é que deve ser posto nas ruas um movimento de resistência contra os ataques que sofrem os trabalhadores, organizar e potencializar essas lutas, a partir de sua própria organização. Nós chamamos a não confiar nas eleições, e sim confiar nas próprias forças dos oprimidos. Porque as eleições vão passar e, seja Bolsonaro, seja Lula quem governará, este programa de reivindicações que nós defendemos continuará vigente, uma vez que os ataques que as massas sofrem não dependem somente de Bolsonaro ou de Lula, são provocados pela crise capitalista, cujo peso é descarregado sobre as massas com toda a violência. Nós não poderíamos incentivar qualquer expectativa de que elegendo o Lula ou algum outro se poderiam resolver os problemas das massas. Nesse quadro, o tipo de apoio que o Lula conseguiu no primeiro turno, e os que agora estão se desenhando, à captura desse governo para a defesa dos interesses opostos aos dos explorados, é o que de resto já ocorreu durante os 13 anos dos governos do PT.

Pergunta: *Isso Já existia no primeiro turno, e tende a se acirrar bastante no segundo turno. Como o POR vai dialogar com o sentimento, que eu particularmente acho legítimo, de que para derrotar o Bolsonaro há que se votar no Lula, o sentimento do voto útil. Como dialogar então com esse sentimento de derrotar a extrema direita?*

Existe de fato por parte dos operários e outros trabalhadores uma identificação do interesse de classe com a figura do Lula, ainda existe isso. É parte das ilusões democráticas, a ilusão de que o caudilho no governo vai resolver os seus problemas. Essas manifestações indicam, de um lado, a necessidade das massas terem uma expressão de classe, e, de outro, a ausência, a orfandade de uma alternativa efetivamente classista. Porque o eventual governo do Lula será um governo burguês, mas isso não impede que muitos trabalhadores enxerguem no Lula a representação de sua classe, ou de alguém que vai defender seus interesses. Diante da colocação do voto útil para tirar Bolsonaro, que foi o que você perguntou, afirmamos que o nosso problema não é tirar o Bolsonaro, porque o que está se propondo dessa forma é apenas a substituição de um governo burguês por outro, embora possam vir a existir diferenças, no essencial, um governo do Lula será um governo que vai defender a grande propriedade privada capitalista, a continuidade da opressão de classe. Eles até já abandonaram propostas tímidas, como a revisão da reforma trabalhista. Da reforma previdenciária, então, nem se fala. Do nosso ponto de vista, o desafio histórico que nós nos colocamos é que as massas devem marchar independentemente, por isso defendemos a independência dos sindicatos, das centrais, dos movimentos. Defendemos a constituição de movimentos de massas, assembleias, bloqueios e paralisações, greve geral, que potencializem a luta das massas e coloquem o programa próprio de proletariado, o socialismo. Neste panorama, as ilusões democráticas se colocam como

um obstáculo. Colocar o problema de como tirar o Bolsonaro na frente de tudo, nada mais é, do nosso ponto de vista, que um subterfúgio para justificar a variante de um outro governo burguês, e em nada vai ajudar as massas a caminharem independentemente pelas suas reivindicações e pelo seu próprio poder. Por isso, diante da questão que você levanta, nós do POR continuaremos chamando o voto nulo no segundo turno, em defesa desse programa, pois, esse programa continuará vigente, com Bolsonaro ou Lula, e é através dele que as massas irão se levantar e, em algum momento, terão condições de disputar de fato o poder. Não será através das eleições burguesas que as massas vão tomar o poder. Algumas correntes falam que não é através das eleições que se alcançará o poder, no entanto, alimentam ilusões na democracia burguesa.

Pergunta: *Eu concordo que é necessário combater as Ilusões eleitorais democráticas no seio da classe trabalhadora, mas, ainda a classe trabalhadora confia nas eleições, porque, se não confiasse nas eleições a possibilidade de uma revolução seria mais concreta. A grande questão é se não seria melhor ter apoiado alguma candidatura da esquerda de fora do campo do PT, como a candidatura do Polo Socialista, ao invés de chamar o voto nulo?*

O problema é esse, que as massas ainda confiam nas eleições. Então o que nós temos de resolver é o que fazer para que elas não confiem nas eleições, mas confiem exclusivamente nas suas próprias forças. Deste ponto de vista, se nós apoiarmos alguma dessas candidaturas, estaríamos nos contradizendo, estaríamos reforçando as ilusões democráticas e do que se trata aqui é de acabar com essas ilusões. Nós não nos opomos a participar das eleições por princípio, apenas a inserção do nosso partido ainda não é suficiente para impor ao sistema vigente a participação do POR como uma alternativa que utilize as eleições para denunciar as próprias eleições, e atacar as Ilusões democráticas, mas nas condições embrionárias da nossa organização, a nossa forma de combater as ilusões democráticas é fazendo a defesa desse programa de reivindicações próprio das massas, e chamando a não confiar nas eleições. Nesse sentido, voto nulo é um meio para que as massas amadureçam, utilizando as eleições, para que passem pela experiência eleitoral e amadureçam no sentido de confiar exclusivamente nas suas próprias forças, na sua própria organização. Não é algo que se esgota nas eleições. O nosso horizonte não são as eleições. As eleições vão passar, e todas essas expectativas, essas ilusões vão se frustrar necessariamente, porque hoje parcelas dos trabalhadores imaginam que o PT no governo vai resolver alguma coisa, mas, a experiência vai lhes mostrar que não.

Pergunta: *Eu queria entrar na questão da eleição para Câmara dos Deputados e o cenário que teve uma composição bastante reacionária. Como você vê as eleições para o Senado e a Câmara? Qual o balanço que podemos tirar dessas eleições, e como combater esse setor reacionário?*

A composição política ideológica que resultou dessas eleições na Câmara e no Senado confirma a nossa análise de que as eleições burguesas são um meio de constituição do Estado Burguês. E a orientação predominante desses políticos eleitos é a expressão da desagregação da própria burguesia, que produz quadros desse calibre. Os Pazzuelos, Moros, Sales, Damares e Tiriricas, que expressam a desagregação, a desmoralização da classe dominante. Não podemos esquecer que a própria reabilitação do Lula, de tirá-lo da cadeia e tudo mais, foi um movimento perpetrado pela própria burguesia, pelos poderes do Estado Burguês, que expressam aquilo que afirmávamos inicialmente, ou seja, a fratura pro-

funda entre eles. Tiveram de tirar o Lula da cadeia como uma alternativa para continuar gerenciando essa crise. Agora, como lidar com essa a composição do congresso, que é o que você pergunta. Do nosso ponto de vista, o processamento dos problemas das massas vai se dar, como vem se dando já há muito tempo, contra o Estado burguês de conjunto, contra o Executivo, contra o Legislativo e contra o Judiciário. Não vamos aqui separar esses poderes. O Judiciário, inclusive o Supremo, foi cúmplice no golpe contra Dilma. Foi cúmplice na prisão do Lula, sem que se provasse absolutamente nada das acusações, mas o Supremo foi favorável à prisão do Lula. A luta das massas operárias e camponesas será sempre contra o Estado burguês, de modo algum nós vamos semear expectativas ou ilusões de que desse parlamento, ou de que se fosse um parlamento mais à esquerda, sairia qualquer solução para as massas. A experiência mostra, não sei se você se recorda, que em 2003, no primeiro ano do governo Lula, uma das primeiras coisas que o presidente petista fez foi atacar a Previdência dos servidores públicos, acabando, por exemplo, com a aposentadoria integral dos servidores, e diversas outras reformas contra os trabalhadores foram perpetradas por Luiz Inácio Lula, e posteriormente por Dilma Rousseff. Já na Carta ao Povo Brasileiros, Lula prometeu e cumpriu o objetivo de manter o superávit primário e, nos primeiros anos do seu governo, inclusive, superou o superávit primário alcançado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como se consegue o superávit primário? Cortando gastos sociais ou atacando o salário dos servidores. Por isso, nós não temos nenhuma ilusão, nenhuma expectativa, e tampouco pensamos qualquer estratégia específica para lidar com o Congresso, ou em particular com esse Congresso controlado pela direita e ultradireita bolsonarista, porque sempre será um Congresso contra as massas.

Pergunta: *Vamos falar um pouco sobre a atuação das esquerdas, que lançaram candidaturas próprias. Como você viu a atuação desses partidos nas eleições e principalmente a questão dos resultados?*

Eu não acompanhei muito de perto a campanha deles. Eu li o programa do PCB e do PSTU. Claramente, nos programas desses partidos, transparece a ilusão na democracia. Em que pese de vez em quando soltarem um palavreado mais radical, eles apresentam propostas tendo o Estado burguês como meio para resolver os problemas das massas. Dessa maneira, reforçam as ilusões no Estado burguês. Agora, quanto ao resultado eleitoral, nenhum deles conseguiu sequer um por cento, e isso decorre da polarização. Nessa polarização, o discurso dessas correntes não tem muito espaço. Provavelmente, todos eles vão chamar no segundo turno a votar no Lula, como costumemente o fazem, negando dessa forma o palavreado de que não é através das eleições que se toma o poder, etc. Então, se não é pelas eleições que se toma o poder, vão votar no Lula para quê? O que eles querem com isso?

Pergunta: *Eu entendo que o POR tenha suas divergências, por exemplo com o PSTU, que é o único partido trotskista que lançou sua candidatura. Não seria melhor o POR ter entrado no Polo Socialista e ter disputado candidaturas, disputado com suas posições, e ter feito uma luta política para ter uma candidatura classista, em vez de criticar por fora?*

Primeiro, que o PSTU não é trotskista, mas morenista. Segundo o POR, como lhe disse, não defende a abstenção ou o voto nulo por princípio, mas entende que participar das eleições burguesas só é possível se for para ser utilizada como um elemento de propaganda da liquidação do próprio Estado burguês, para atacar a democracia burguesa. Se alguns desses partidos permitissem

que a gente se coligasse com eles para fazer esta propaganda e de fato o Polo Socialista representasse a independência de classe, certamente estaríamos obrigados a fazer isso. Ocorre que todos esses partidos que mencionamos aqui não têm esse programa. Todos eles se apresentaram com programas democratizantes. De modo que, se nos coligássemos com eles, nestas condições, não seria um meio para fazer avançar a consciência das massas, a organização das massas para assimilar um programa de liquidação do capitalismo, mas sim de reforço ao capitalismo. Esta é a razão pela qual não foi possível. (...) O problema aqui não é de nossa parte. O problema é deles, e o programa que eles defendem, um programa que nós não podemos subscrever. Se fosse possível uma intervenção eleitoral com essas correntes para denunciar a democracia burguesa, para denunciar o capitalismo, certamente seria possível.

Pergunta: *depois desse primeiro turno eu fiquei pensando sobre os rumos da esquerda, inclusive pretendo fazer um debate mais para o final do ano, convidando todas as correntes. O PT pode sair desgastado e perder sua figura pública número um, que é o Lula. Como a esquerda revolucionária pode se reorganizar para ter uma força e uma inserção nas massas, ao ponto de superar a conciliação de classes?*

A nossa estratégia se mantém, ela não se altera com o resultado eleitoral. É claro que eventual governo Lula no quadro da crise que está se aprofundando levará a choques maiores desse partido e do Estado burguês com as massas. E esses choques poderão ajudar, eventualmente, os trabalhadores a caminharem no sentido contrário aos das ilusões democráticas. Da nossa parte, o que entendemos é que o programa de reivindicações por empregos, salários e direitos tem de continuar sendo defendido para potencializar essa intervenção. Agora, o elemento decisivo, o elemento fundamental, é a constituição de um partido revolucionário no seio do proletariado brasileiro. Porque as massas enfrentam a opressão cotidianamente. Constantemente, ocorrem greves e choques diversos. E nós já vimos como em outros países ocorreram explosões importantes que levaram, inclusive, à derrubada de governos, como no Egito, mas que, na ausência do partido revolucionário, essas explosões se dissiparam, e o poder ditatorial se reconstituiu. Então, o nosso problema está em como construir o partido revolucionário no seio das massas e do proletariado, fundamentalmente. Sem ele, os choques futuros fatalmente deverão de se transformar em outros fracassos, em outras frustrações. Agora, você fala das esquerdas. A impressão que eu tenho é que, no interior dessas esquerdas, também haverá contradições e choques, porque essa política que estão desenvolvendo de reforçar a democracia burguesa vai fazer com que militantes honestos, militantes dedicados, percebam, em algum momento, que se trata de uma via sem saída. Da nossa parte, mantemos a nossa política e nossa ação sob a estratégia da revolução proletária. E defendemos a necessidade da construção do partido revolucionário no seio das massas e o adensamento desse processo de organização de unificação da classe para avançar contra o capital.

Pergunta: *ai eu pergunto sobre esse partido revolucionário, como construir esse partido? Porque o que eu venho percebendo nessas eleições, e em todos os setores da esquerda, ai incluído o POR, é a necessidade da autoconstrução, cada um se construindo no seu feudo, e não se preocupando em fazer um debate político, que seja duro e franco, e que leve até o final as divergências, para que gere uma síntese que provoque rupturas ou fusões entre as organizações para a construção de um partido maior, que seja capaz de intervir nas massas. A pergunta que fica é como construir*

esse partido sem cair na lógica da autoconstrução, que parece que todas as organizações, que se dizem do campo da esquerda revolucionária, estão preocupadas?

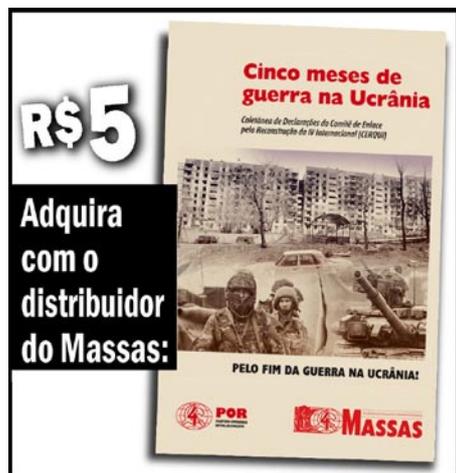
Diferentemente das outras correntes, nós colocamos em primeiro lugar e como questão central para construir esse partido a importância do programa, a construção de um programa revolucionário. Sem um programa revolucionário, é impossível construir o partido revolucionário. Um programa revolucionário é aplicação do marxismo à realidade que se quer mudar. O nosso esforço nestes 33 anos do partido é pela construção desse programa, e nós estamos mantendo de maneira coerente este esforço, sem nos afastarmos dessa tarefa. A experiência mostra que muitas organizações no passado juntaram-se, dividiram-se e voltaram a se juntar, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sem uma base programática definida. Se juntaram, se dividiram e voltaram a se juntar, precisamente porque não têm um programa. O outro problema que decorre da ausência de um programa é que muitas dessas organizações adotam posições conjunturais, de acordo com de onde sopra o vento. Se o vento sopra do norte eu vou para o sul, se sopra do sul, eu vou para o norte e, como não têm um programa, não precisam explicar porque estão mudando de posição. Desta maneira, não se constrói um partido revolucionário. Se constroem aparatos políticos, eventualmente eleitorais, mas não se constrói um partido revolucionário. Este programa, e esta é a segunda condição, tem de se encarnar nas organizações de massas da classe operária, entre os camponeses e a juventude oprimida. Porque também esse programa é o reflexo da intervenção nas lutas concretas que acontecem. Se não se tem esse programa, é impossível organizar uma fração entre os explorados que, nos momentos em que necessariamente ocorram os levantes dos explorados, possa dirigir as massas para tomar o poder. Resumindo duas coisas: é o programa e a penetração desse programa nas massas. Mas não existe mágica ou atalhos administrativos, atalhos institucionais para resolver esse problema. É um desafio histórico que os marxistas assumem e que precisam superar os grandes problemas decorrentes do retrocesso que resultou da degeneração da Segunda Internacional pela socialdemocracia e a degeneração da Terceira Internacional pelo estalinismo, que resultou do retrocesso que significou o fim da União Soviética, enfim, desse quadro de fato muito desfavorável ao desenvolvimento do partido revolucionário. No entanto, não existe outra forma de resolver esse problema que não seja esta. Porque, do contrário, teríamos de começar a defender a possibilidade de o capitalismo ser reformado, de melhorar as condições do próprio

capitalismo, mas aí estaríamos em outro plano.

Pergunta: qual a importância nesse processo todo para além das eleições? O mundo que passou pela Pandemia, em se falar da necessidade da construção do socialismo, do comunismo. Qual a importância de se pautar essas questões, e colocar na ordem do dia?

A importância decorre do fato de nós vivermos num regime capitalista numa fase de degeneração e apodrecimento, numa fase em que o capitalismo já não tem mais nada a oferecer de progressivo à humanidade, a não ser guerras, miséria e barbárie. Já estamos diante da barbárie. Neste quadro, ou se defende a continuidade desta barbárie ou se levanta bem alto a necessidade de superar o regime capitalista e substituí-lo pelo regime socialista. Esta defesa que fazemos não é resultado de uma vontade caprichosa de alguns, ela é a expressão da necessidade das próprias forças produtivas continuarem a se desenvolver para atender à humanidade. A defesa do socialismo, a defesa do comunismo, nada mais é do que expressão desse processo, que está na base da sociedade, e que é bloqueado pela continuidade das relações capitalistas de produção. Por outro lado, há que se constatar que, no Brasil, a continuidade do capitalismo está massacrando de tal maneira os trabalhadores, a juventude oprimida, as mulheres, os negros, enfim todas as populações oprimidas, a um grau que está se tornando intolerável. Nestas condições, se coloca de maneira cada vez mais palpável a necessidade de contrapor a esse processo de continuidade da barbárie a luta de classes, a intervenção direta das massas para alterar essa ordem, e avançar no sentido do programa socialista. Nos enfrentamentos que houve, por exemplo, nos casos das fábricas fechadas, em que se colocou a necessidade de resistência com a ocupação, se tornou mais evidente e compreensível a necessidade de defender o poder próprio das massas. Porque as massas, quando se chocam com os patrões em suas lutas, procuram todos os meios para conseguir as suas reivindicações, dentre eles, os meios jurídicos por exemplo. E quando a justiça invariavelmente se coloca do lado dos capitalistas, esgotam-se as ilusões nas instituições democráticas. É nesse momento em que se torna cada vez mais urgente a defesa do socialismo, a defesa da revolução. Então, haveria uma questão mais geral, de apodrecimento do capitalismo, de decadência do capitalismo, que já não tem mais o que oferecer, a não ser a barbárie. Mas, também, nas lutas concretas que as massas protagonizam, torna-se cada vez mais evidente e necessária a defesa desse objetivo histórico.

Guilherme, o POR agradece mais uma vez o convite para o programa Mesa Debate.



Debate da TV A Comuna

O POR participou, no dia 29/09, do debate virtual promovido pela TV A Comuna, que teve como tema: “Nem Bolsonaro, nem Lula, Voto Nulo”. O debate, que também contou com convidados de outras correntes, permitiu expor a tática revolucionária diante das eleições, e explicar as tarefas dos explorados perante a crise econômica e as disputas eleitorais interburguesas.

Dois ideias se destacaram em nossa intervenção: 1) a defesa do voto nulo é uma imposição da situação, que não permite a intervenção dos revolucionários com can-

didaturas próprias; 2) A tarefa dos trabalhadores é a de lutar para que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a conciliação de classes, e convoquem imediatamente a luta nas ruas em defesa dos empregos, salários e direitos. O POR saúda a iniciativa dos organizadores do debate, e esclarece que se coloca à disposição para discutir com a vanguarda os problemas da situação nacional/internacional, da luta de classes e da necessidade dos explorados desenvolverem sua independência política diante da burguesia.

Debate sobre a Guerra na Ucrânia na UFABC-SBC

No dia 7 de outubro, ocorreu o debate “A Guerra na Ucrânia e a crise mundial, no campus São Bernardo do Campo da UFABC. Promovido pela CPE-UFABC, o evento contou com a participação de um representante da CPE/CERQUI e um professor do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) da UFABC.

A intervenção do POR trouxe um panorama do processo histórico e da luta de classes, que levou ao conflito bélico, trazendo à tona a criação, manutenção e fortalecimento da OTAN pelo imperialismo estadunidense, mesmo após o fim da União Soviética; a liquidação programática e organizativa da Internacional Comunista; o esgotamento da partilha do mundo após a Segunda Guerra Mundial; a política do imperialismo estadunidense, de cerco militar à Rússia através da OTAN, principal responsável pela guerra; a necessidade do imperialismo em ampliar sua dominação e o saque de riquezas de outros países, diante da crise mundial; o caráter defensivo da Rússia, contra o cerco militar dos EUA/OTAN, e ao mesmo tempo ofensivo contra a Ucrânia. Destacou, ainda, a ausência de resposta organizada do proletariado europeu e mundial contra a guerra, fruto da profunda crise de direção revolucionária. O último período tem sido marcado por manifestações espontâneas em alguns países, mas que não puderam ainda se erguer como um movimento da classe operária internacional contra essa guerra de dominação.

A intervenção do professor se dedicou, fundamentalmente, ao período pós-URSS, passando pelo colapso (desindustrialização, fome, privatizações) logo após a dissolução da URSS; pelo fortalecimento dos setores oligárquicos burgueses; pelo enfraquecimento da Rússia, que perdeu relevância global, e deixou de ser uma potência; pela provocação dos EUA na Ucrânia em 2014, e resposta de Putin de ocupação da Crimeia; o desinteresse da China no conflito, pelo fato de ser o principal parceiro comercial da Ucrânia, inclusive seguindo às sanções econômicas, embora se coloque contrária a elas. Segundo o professor, Putin é o responsável pela guerra, em mais uma tentativa de ampliar sua popularidade e se manter no poder do Estado.

Claramente, houve duas divergências: uma sobre a posição da

Rússia na ordem mundial; e outra quanto à responsabilidade sobre a guerra. Para o professor, basta comparar os PIBs para se verificar a irrelevância da Rússia diante de outros países, em particular dos EUA e China. Para a CPE/CERQUI, as heranças das conquistas da Revolução Proletária, como a soberania nacional e o armamento bélico (incluindo ogivas nucleares), permitem caracterizar a Rússia como uma potência regional com uma Zona de Influência Econômica – sobre a qual os EUA têm avançado. Quanto à responsabilidade sobre a guerra, a CPE compreende que a responsabilidade principal recai sobre o imperialismo estadunidense, por cercar a Rússia. Para o professor, recai principalmente a Putin. Apesar dessas questões, ambos concordaram que: a Guerra na Ucrânia é de opressão e dominação; é preciso rechaçar as sanções econômicas, que não acabam com a guerra, aumentam o custo de vida, e pioram a situação dos explorados, inclusive às vezes fortalecendo setores burgueses, como é o caso da oligarquia russa com o rublo e a política de substituição de importações; que “o inimigo do meu amigo não é meu amigo”, ou seja, não se trata de se colocar contra os EUA e ao lado de Putin. Para a CPE, trata-se de compreender as contradições e responder do ponto de vista do proletariado.

Ao longo da discussão, destacou-se a importância do debate, inclusive com posições divergentes, no espaço universitário, que deveria servir aos debates de ideias no campo democrático e à produção do conhecimento científico. Ressaltou-se a importância do debate, haja vista que a Guerra na Ucrânia já dura mais de sete meses, deixando a humanidade alerta sobre o perigo de uma nova guerra mundial. O capitalismo empurra a humanidade à barbárie. Isso expressa a gravidade das massas estarem à margem do conflito, sem poder dar uma resposta própria, devido à crise de direção revolucionária e, nesse sentido, a necessidade de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. Por fim, foi feita uma colocação de que os debates promovidos pela CPE não têm finalidade acadêmica, e sim de compreensão da realidade para orientar a intervenção política, com a finalidade de transformar a realidade social que vivemos.

Semana das Licenciaturas no IFSP

Um camarada fez uma exposição sobre a relação entre os métodos de luta estudantis e os métodos de luta históricos da classe operária, em particular o método da ocupação. O interesse dos presentes pelo tema mostrou que, no Instituto Federal, existe uma vanguarda com consciência de classe, e disposição para aprender e lutar com seus próprios métodos. A tarefa é organizar a Corrente Proletária no IFSP, para avançar na luta contra a burocracia universitária e os governos burgueses que a sustentam.

Em essência, a discussão se concentrou em apresentar alguns acontecimentos marcantes da luta de classes no capitalismo, desde o surgimento do proletariado enquanto classe, e seus avanços nas formas organizativas. Assim, demonstramos que as primeiras manifestações de resistência da classe foram de forma instintiva contra as máquinas, que representavam para eles seus adversários diretos, já que constantemente e cada vez mais substituíam os operários na produção. Foi sua atuação prática, junto ao desenvolvimento teórico do funcionamento do modo de produção capitalista, apresentado de forma decisiva por Marx e Engels, que permitiu que avançassem em sua consciência de classe e sua for-

ma organizativa, sindicatos, partidos etc.

Apresentamos brevemente a experiência boliviana como uma das mais avançadas da história da classe operária, e como puderam desenvolver e aplicar os métodos históricos de luta às particularidades e situações concretas que a Bolívia apresentava. Lemos trechos de Guillermo Lora, para mostrar aos alunos aspectos dessa luta. Especialmente com as Teses de Pulacayo. Citamos alguns trechos: “*Ocupação das Minas – Os capitalistas pretendem conter o movimento operário ascendente com o argumento de que estão obrigados a fechar suas minas em caso de terem perdas. Pretende-se pôr uma força nos sindicatos, apresentando-lhes o espectro do desemprego. Além disso, a paralisação temporária das explorações, como demonstra a experiência, só tem servido para burlar os verdadeiros alcances das leis sociais e para readmitir os operários, sob a pressão da fome, em condições verdadeiramente vergonhosas.*” Destacamos que o método da ocupação tem como fundamento o problema da propriedade: “*A ocupação das minas por si mesma ultrapassa o marco do capitalismo, posto que estabelece a questão de saber quem é o verdadeiro dono das minas: os capitalistas ou os trabalhadores. A ocupação não deve ser confundida com*

a socialização das minas, se trata somente de evitar que o boicote patronal prospere, evitar que os trabalhadores sejam condenados a morrer de fome. As greves com ocupação de minas se convertem em um dos objetivos centrais da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia.”

Concluimos a discussão com outros acontecimentos importantes na história da luta de classes, como a Assembleia Popular de 1971, também na Bolívia e outras experiências de ocupação na Argentina e no Brasil. Neste sentido, foi importante mostrar que,

Exposição da Corrente Proletária na Semana de História da UNICID

O tema proposto foi “A luta do magistério da educação básica em São Paulo”.

A militante do POR iniciou mostrando que a luta do professorado fez parte das lutas da classe operária no final dos anos de 1970 e da retomada dos sindicatos, que estavam sob o controle ou de interventores ou de uma burocracia autoritária. Eis os pontos centrais:

- 1) Durante a ditadura militar, prevaleceu a centralização burocrático-militar do Estado. Logo após o golpe militar, o general Castelo Branco impôs uma lei que proibia as greves (Lei 4330). Por essa via, a ditadura conseguiu conter a luta de classes. É preciso lembrar, no entanto, das heroicas greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968, que foi respondida pela ditadura por meio do AI-5, em dezembro do mesmo ano. As greves de 79/80, no ABC, abriram o período de luta de classes, impulsionado pela crise econômica e pela violenta exploração do trabalho. A grande visibilidade das greves metalúrgicas funcionou como estopim, para as mobilizações de vários setores dos explorados;
- 2) A Apeoesp foi criada em 1945, como associação assistencialista. Durante a ditadura militar, funcionou como escritório de advocacia. Sua vida política iniciou em 1977, exatamente no momento em que o movimento operário iniciava o combate à ditadura militar e a recuperação dos sindicatos, exigindo a convocação de uma assembleia. A burocracia denunciou as lideranças do movimento aos órgãos de repressão da ditadura militar (Deops), e forjou uma assembleia para modificar os estatutos, visando a impedir a convocação de assembleia e a eleição sindical. No entanto, não teve êxito. Duas greves inauguram a vida política da Apeoesp, a de 1978 e 1979. A partir dessas greves, o movimento impôs a expulsão da burocracia e a eleição de uma direção classista para o sindicato;
- 3) Os anos de 1980 foram marcados pelas greves, reivindicando a recuperação salarial, direitos trabalhistas e fim da ditadura militar. Ganham projeção as greves gerais de 1983, 1986, 1987 e 1989, contra os planos econômicos, Cruzado, Bresser e Verão. Cabe destacar que a CUT foi fundada após a greve geral de 1983. A Apeoesp, agora sob o controle de correntes de oposição, interveio nas greves gerais, e realizou outras greves específicas contra o arrocho salarial e as duras medidas impostas pelo governo Maluf, entre elas a suspensão do desconto do sindicato em folha de pagamento;
- 4) A derrota da greve dos petroleiros, em 1995, contra o Plano Real de Fernando Henrique, marcou profundamente a luta dos operários e, conseqüentemente, do magistério. A política das direções sindicais, voltada a impulsionar as greves para impor as reivindicações, foi perdendo terreno, e ganhando força a política de conciliação de classes. Basta lembrar a aceitação das

ao lançarem mão do método da ocupação, os estudantes estão reivindicando os métodos próprios do proletariado em sua luta de morte contra a burguesia. O fundamental, no entanto, está em não apenas utilizar os métodos de luta, mas se colocar sob a política do proletariado. A luta estudantil não está separada das necessidades da maioria oprimida, nem de sua estratégia de poder. Esse é o papel que tem cumprido a Corrente Proletária nas diferentes escolas e universidades em que atua.

- Câmaras Setoriais, que iniciam no setor automotivo em 1991, do Banco de Horas, em 1998, e o PDV, em 2002. Ao mesmo tempo que os sindicatos passam a ser utilizados nas disputas eleitorais do PT. Na Educação, os governantes aproveitaram para impor as diretrizes do FMI e Banco Mundial – LDB (1996) e EaD (1998) –, resultando na redução da responsabilidade do Estado para com o sustento da educação pública, e no avanço da privatização do ensino superior. A luta da Apeoesp se concentrou no combate à municipalização, que trazia como consequência o fechamento de escolas e demissão de professores;
- 5) Os sindicatos, nos anos de 2000, estão extremamente burocratizados e, na sua grande maioria, sob a política de colaboração de classes. Por meio dessa política, a classe operária e demais explorados sofreram enormes derrotas, como a imposição das reformas trabalhista e previdenciária e o avanço da terceirização. O professorado realizou duas grandes greves, a de 2000 e 2015, contra a reforma da educação, a perda de direitos e em defesa da reposição salarial. Interveio na greve geral de 2017, contra a reforma trabalhista, mas sob a política da direção geral dos trabalhadores, que é a da conciliação de classes e não a da luta de classes. Uma das derrotas foi a imposição de Plano de Carreira, por parte do governo Doria, que corta drasticamente conquistas do magistério, sem que houvesse verdadeiro combate, por meio de uma poderosa greve e atos de rua massivos;
- 6) Vivemos um momento de muitos retrocessos e de ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários e aos serviços públicos, de precarização das condições de trabalho, fechamento de fábricas, rebaixamento do valor do salário. Na Educação, de crescimento da evasão escolar, de baixa aprendizagem, de imposição das PEIs, do EaD e da terceirização, mas de refluxo das lutas coletivas. Ao mesmo tempo, de enorme divisão do movimento sindical. Temos uma dúzia de centrais. Os trabalhadores da Educação estão divididos por sindicatos (municipal, estadual), estão fragmentados nas escolas entre efetivos, contratados. A terceirização vem ganhando força nas escolas;
- 7) No entanto, a crise econômica continua e os capitalistas e seus governos respondem descarregando o seu peso sobre os ombros dos trabalhadores, precarizando os serviços públicos e avançando a privatização. E não há outra via a não ser retomar a ação direta. A anulação dos sindicatos como instrumentos da luta de classes e a sua substituição por organismos de conciliação constituem uma trava para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores. Daí a tarefa fundamental para a vanguarda, que é defender a um programa próprio de reivindicações dos explorados, o método da ação direta e recuperar os sindicatos para a política classista e revolucionária.

Pernambuco

Balanco do primeiro turno das Eleições e compreensão da luta de classes no estado de Pernambuco

A formação mensal do POR em Pernambuco discutiu os textos: “Balanco parcial das eleições: segundo turno dificulta a vitória de Lula” e “As massas serão arrastadas pelas disputas interburguesas e interoligárquicas enquanto não erguerem seu partido independente” (sobre as candidaturas em Pernambuco), ambos no Massas 674. Como parte da formação, também foi organizado o informe do movimento contra os cortes na Universidades Federais e Instituto Federal, organizando a intervenção da CPE/POR.

Foi destacado o crescimento da base bolsonarista e a influência do poder da máquina do Estado no primeiro turno. Votos de Bolsonaro e de seus candidatos na Câmara e no Senado não foram previstos pelas pesquisas. A frente amplíssima entre Lula/Alckmin, incluindo Frebraban e Fiesp, não foi capaz de garantir eleição de Lula no primeiro turno. Ante a polarização, os partidos orgânicos da burguesia saíram debilitados, como PSDB. Naufragou a expectativa da grande imprensa burguesa de investir na terceira via, com Simone Tebet (MDB). O PSDB perdeu o Estado de São Paulo, após 30 anos de governo, indo para o segundo turno o ministro de Bolsonaro (Republicanos) e Haddad (PT). O PL, submetido ao bolsonarismo, e o União Brasil tiveram crescimento expressivo. A ausência no campo da independência de classe fez com que toda política se direitizasse. O apoio de Meireles e de time econômico do Plano Real à candidatura de Lula mostra que parte da burguesia não quer manter Bolsonaro. Com a tendência de acirramento da crise mundial, com a guerra na Ucrânia e sanções econômico-financeiras dos EUA contra a Rússia, a burguesia se divide em torno da escolha de quem será mais capaz de aplicar as medidas de ataques e garantir seus negócios. A polarização entre Bolsonaro e Lula não surgiu no interior das massas.

As correntes reformistas e centristas, assim como a grande mídia burguesa, ocultam o caráter de classe das eleições. Apontam para as massas que elas têm poder de decisão, omitindo que o poder econômico é quem dirige o processo eleitoral. Assim, todas as correntes de esquerda apoiam o PT, seja diretamente, como o PSOL, ou envergonhadamente, como PSTU. Estas correntes fazem discursos diferentes, a depender do meio social, entre os acadêmicos afirmam que no dia seguinte à eleição de Lula estarão nas ruas, lutando pelas reivindicações; já nos bairros pobres, dizem que o voto é “para ser feliz de novo”. As massas foram arrastadas pelas disputas interburguesas, divididas entre Bolsonaro e Lula. A tática de unificação das centrais em torno da candidatura do PT expressou o abandono da unificação em torno das reivindicações dos explorados. Bolsonaro expressa as tendências fascizantes, reata elos dos governos militares pós golpe de 1964. As direções sindicais são responsáveis por Bolsonaro ter conseguido se manter no poder, mesmo em momentos de baixíssima popularidade. As massas ficaram completamente desprotegidas, principalmente com as medidas de ataques intensificadas com a Pandemia, isso foi de responsabilidade das direções sindicais.

Concluimos o balanço parcial das eleições nacional com a defesa da bandeira de voto nulo pela urgente necessidade de construção do partido da classe operária. Diante da experiência com

o Boletim Nossa Classe, vemos que, diferentemente do meio acadêmico, a bandeira de “Nenhuma ilusão nas eleições” e pelo voto nulo é mais bem recebida pelos operários. Nas universidades, no seio da pequena burguesia, as correntes de esquerda atuam fortalecendo as ilusões na democracia burguesa, e criam um ambiente hostil às ideias revolucionárias. O POR não vê a via constitucional como meio para se constituir. Não conseguiu impor sua candidatura própria, o que só pode ser fruto da ação de uma fração da classe operária para exigir da burguesia o reconhecimento de seu partido.

No balanço das candidaturas no Estado de Pernambuco, foi destacado o caráter oligárquico. Relembrou-se que Lula, que tanto disse, antes de ser eleito em 2002, que combateria as oligarquias, precisou se oligarquizar para ser eleito e manter o governo. Em Pernambuco, chama atenção os emaranhados entre família Campos e Arraes. Atualmente, João Campos (PSB) está na prefeitura de Recife. Em 2018, Marília Arraes disputou contra seu primo, o atual prefeito, pelo PT. Nestas eleições, a coligação do PT com o PSB fez com que Marília Arraes saísse do PT e fosse para o Solidariedade, agora está concorrendo no segundo turno com Raquel Lira (PSDB). No segundo turno, Marília (Solidariedade) tem o apoio de Lula/PT, e Raquel tem disparado nas pesquisas, aglutinando os segmentos mais à direita. Posterior à formação, definiu-se o apoio “crítico” do PSOL e PCB a Marília, por ser a candidatura que trabalha para a vitória de Lula.

A atuação das esquerdas e movimentos em Pernambuco expressa o que estão fazendo nacionalmente, renunciaram aos métodos de ação direta, e focam no campo da democracia burguesa, de pressão parlamentar e jurídica. Mesmo com os choques dos movimentos com o PT, chamam as massas a confiarem no PT. O MST passou por um processo de institucionalização, de forma burocrática extinguiram a “Consulta Popular”, e agora atuam com o “Movimento Brasil Popular”, lançando seus candidatos. Dentre as correntes, o PSOL atua à sombra do PT, e se direitiza, ao se federar com a Rede. O PSOL se desenvolve no seio da pequena-burguesia, sob a defesa do ecossocialismo e “bem viver”, avesso à estratégia revolucionária e aos métodos da luta de classes. Com essa política pequeno-burguesa, dirige sindicatos de trabalhadores e movimentos por moradia, no estado. O PCB se apresentou com as promessas “comunistas”, apontando que é capaz de ser alternativa para governar o Estado burguês e desconsidera o poder econômico – mistura a defesa dos “conselhos” da experiência da revolução russa e Comuna de Paris, com um possível “conselho” com participação da burguesia; ou seja, PCB promete reformas e medidas nacionalistas, sem expropriar a burguesia. Analisamos também a candidatura do PSTU, com sua estratégia de um governo dos trabalhadores saído das eleições, baseado em conselhos que decidirão 100% do orçamento. A discussão das candidaturas em Pernambuco serviu para compreender a luta de classes no estado. Concluimos sob a reafirmação da importância da bandeira do voto nulo pelas reivindicações e independência ideológica, política e organizativa da classe operária.

Abaixo os cortes no orçamento da educação! Abaixo a “Reforma” Administrativa!

Nenhuma ilusão nas eleições! Reunificar os explorados em torno de suas reivindicações por empregos, salários e direitos! Confiar nas próprias forças e retomar os métodos de ação direta coletiva!

Bolsonaro decretou, no dia 30 de setembro, mais um contingenciamento no orçamento do Ministério da Educação. Somado aos bloqueios anunciados entre julho e agosto, o montante retirado do MEC chegou a R\$ 2,4 bilhões. O decreto levou ao confisco do dinheiro em caixa nas universidades e institutos federais, comprometendo até mesmo o pagamento de outubro das contas de água, luz e contratos com empresas terceirizadas. O violento ataque gerou reações das reitorias e das comunidades universitárias. O presidente ANDIFES, a associação dos reitores, afirmou: “Não temos gordura para cortar. Nem mais carne. Agora vamos cortar no osso.” Corretamente, os estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) imediatamente se reuniram em assembleia e, no dia 06 de outubro, um dia depois da notícia ser divulgada, ganharam as ruas de Salvador, denunciando os cortes.

Com mais morosidade, as entidades representativas de estudantes, professores e técnico-administrativos de vários níveis de ensino marcaram rodadas de assembleias e plenárias, e um ato para o dia 18 de outubro. Depois de tentar negar os cortes, no dia 07 de outubro, o Ministro da Educação informou que os recursos seriam devolvidos. O temor de desgaste eleitoral, provocado por mais este ataque, fez o governo recuar. Nada garante, porém, que passado o segundo turno, não venha uma nova tesourada, uma vez que o governo precisa cobrir as despesas extras que tem feito para arrematar votos, e conseguir ganhar as eleições.

O recuo do governo é parcial, exigir o financiamento integral

A devolução do recurso confiscado não abrange os recursos que vêm sendo estrangulados, ano após ano. Desde 2015, sob o governo Dilma (PT), iniciaram-se os cortes. O que foi agravado após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Tetos dos Gastos), no governo Temer. Chegamos a 2022 com um orçamento discricionário das Universidades Federais de R\$ 5,1 bilhões, um valor correspondente a menos da metade do orçamento de 2015, corrigindo a inflação. O governo ainda bloqueia e atrasa a liberação de recursos, assim, o orçamento realmente repassado e executado é ainda menor. Segue em vigor, conforme informação das reitorias, um corte de 7,2% no orçamento das universidades.

As reitorias pedem a “recomposição” do orçamento, com a retomada do valor de 2019. Porém, isso não basta. São principalmente os trabalhadores terceirizados e os estudantes pobres que estão sentindo na carne os cortes, com demissões e sobrecarga, e com o estreitamento da assistência estudantil, sucateamento dos restaurantes universitários e ausência de condições

de estudo. Os mais pobres vão sendo expulsos da universidade, em um cenário onde a alta do desemprego, custo de vida e miséria afetam suas famílias. As reitorias se adaptam aos cortes, ampliando o privatismo interno, reduzindo os contratos com as terceirizadas e gerenciando o desmonte da universidade. *Temos de exigir o financiamento integral das universidades e institutos federais por parte do Estado, conforme o orçamento calculado pelas Assembleias Gerais Universitárias*, compostas por estudantes, professores e técnico-administrativos, com voto universal. A assembleia não só serve como espaço de deliberação, mas agrega a força social necessária que terá de ser posta em movimento para arrancar do Estado as suas demandas. *O caminho da luta exige independência perante o governo, partidos burgueses e reitorias*. Precisamos ter como *método a ação direta coletiva*. As ocupações de prédios públicos, as grandes marchas e os bloqueios de avenidas e rodovias são parte dos meios de lutas dos explorados. Servem para afetar o poder econômico e dar visibilidade às reivindicações.

A luta é anti-imperialista

Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o Fundo Eleitoral chegou a R\$ 4,9 bilhões, em 2022, e as vultosas emendas parlamentares facilitaram a governabilidade de Bolsonaro. Além disso, tendo em vista as eleições, Bolsonaro ampliou o assistencialismo com o Auxílio Brasil e outras medidas. Porém, de forma alguma, o miserável auxílio de R\$ 600 é causador da crise orçamentária. Essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão. E, qualquer governo saído das eleições se comprometerá com a manutenção do parasitismo financeiro, o que resulta em maior destruição da Educação Pública (e outras áreas sociais) e privatizações das estatais. Por isso, o movimento tem de buscar uma firme unidade no campo da independência de classe, erguer uma *frente única anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública, pela reestatização do que foi privatizado e revogação de todas as medidas que resultem em ataque aos serviços voltados à população e sirvam para a proteção dos capitalistas*.

Unificar os explorados em torno às suas reivindicações

As previsões para 2023 indicam que haverá uma nova recessão na economia mundial, o que tem relação direta com o prolongamento da Guerra na Ucrânia. E, já sabemos que todos

os governos burgueses se dobram às exigências do capital de proteger, acima de tudo e de todos, seus lucros. Por isso, nada de confiar nas eleições. As massas sairão do segundo turno divididas em torno de Lula e Bolsonaro. Precisaremos articular *frentes únicas de ação* em vários níveis: no âmbito das instituições de ensino, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e sindicatos, em uma frente única sindical; em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista. Além disso, temos de defender a unidade internacional dos explorados, pois, os ataques do capital se dão em nível mundial. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente, para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

A luta é agora

As direções sindicais e estudantis não podem abandonar a luta em torno das reivindicações em nome de promessas e ilusões eleitorais. Bolsonaro e o presidente da Câmara, Arthur Lira, já anunciaram que pretendem aprovar a Reforma Administrativa ainda em 2022. Será um golpe mortal nos serviços públicos e nos direitos trabalhistas do funcionalismo. Essa também é uma pauta dos estudantes e trabalhadores em geral. Pelo acúmulo dos ataques que estamos vivenciando na carne e ainda pelo futuro que o capitalismo pretende nos impor, chamamos os estudantes e trabalhadores a não confiarem nas barganhas parlamentares e eleições. *Temos de confiar em nossas próprias forças. Precisamos erguer os comitês de luta e assembleias nos locais de estudo trabalho e moradia.*

Exigimos das direções das centrais, sindicatos, movimento estudantil e popular que convoquem um *verdadeiro dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, como preparação de uma poderosa greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos. Pela revogação da reforma trabalhista, previdenciária e a Emenda do Teto dos gastos*, dentre outros ataques. A conciliação de classes e a passividade, no último período, só deram fôlego para o governo Bolsonaro seguir atacando com voracidade as massas.

Pela independência política e organizativa das nossas entidades sindicais e estudantis

A disputa eleitoral dividiu os explorados. Ainda que haja diferenças em graus e ritmos nos ataques, qualquer governo saído das eleições tem de se comprometer em preservar os interesses do grande capital financeiro, industrial, agrário, etc. Um eventual governo Lula reeditará sua política de conciliação de classes em um cenário econômico e político mais restrito, avançará a privatização da educação, das estatais e não tem como acabar com o desemprego, subemprego, terceirização, destruição de direitos e salário mínimo de fome. Se Bolsonaro ganhar, vai dar continuidade à política que descarrega a crise econômica sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores. Suas ten-

dências golpistas e fascizantes precisam ser enfrentadas com independência de classe. Nenhuma confiança nos golpistas de ontem que agora vestem a máscara de democratas.

A classe operária e os demais explorados ainda não têm um partido revolucionário, capaz de participar nas eleições com candidaturas próprias, para lutar pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. Mesmo as candidaturas à esquerda alimentaram as ilusões democráticas e, agora, se unem no chamado ao voto em Lula. A *Corrente Proletária Estudantil* e a *Corrente Proletária na Educação* somam-se ao esforço de construção do *Partido Operário Revolucionário*. Nas eleições, defendemos o *voto nulo* como expressão da independência de classe dos trabalhadores e da juventude diante da disputa burguesa. Defendemos que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações e libertem os sindicatos e entidades estudantis das direções burocráticas e traidoras. Esse é o conteúdo classista da defesa do voto nulo, e em contraposição à defesa de qualquer

Nas eleições, defendemos o voto nulo como expressão da independência de classe dos trabalhadores e da juventude diante da disputa burguesa. Defendemos que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações e libertem os sindicatos e entidades estudantis das direções burocráticas e traidoras.

governo burgueses. A juventude precisa defender um programa proletário para a Educação. A classe operária deve erguer seu partido para lutar pela constituição de um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária.

A tarefa imediata do momento é organizar a luta pela derubada dos cortes orçamentários e das medidas que atingem as condições de ensino e trabalho. Um passo firme para erguer um movimento nacional em defesa da educação abrirá caminho para a luta mais ampla dos explorados e da juventude oprimida. E, para isso, não deve estar subordinada à disputa eleitoral. Deve expressar as necessidades reais de quem trabalha e estuda, e, assim, a independência política e organizativa.

***Abaixo os cortes no orçamento da educação!
Abaixo a reforma administrativa
antitrabalhadora!***

***Pela unidade dos explorados em luta por um
programa próprio de reivindicações!
Que as centrais sindicais e movimento
organizem imediatamente um Dia Nacional
de Lutas, com paralisações e bloqueios. Que
preparem uma greve geral em defesa dos
empregos, salários e direitos trabalhistas!***

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / 📞 (11) 95446-2020

Movimentações na UFPE contra os cortes são subordinadas ao eleitoralismo

Em resposta aos novos cortes orçamentários do Governo Federal anunciados no dia 05/10 no orçamento das Universidades e Institutos federais, esboçou-se uma movimentação na UFPE. Seguindo o calendário da UNE, o DCE anunciou uma assembleia para o dia 11 e ato para o longínquo dia 18 de outubro. O Diretório Acadêmico de Serviço Social aprovou paralisação no dia 18 para fortalecer o ato.

A reitoria da UFPE convocou os estudantes e servidores, no dia 10/10 para uma reunião de análise da conjuntura político-orçamentária da instituição. O reitor informou que o corte mais recente havia sido revertido, mas não os anteriores, que totalizaram 7,2%, de um orçamento já insuficiente (correspondente a 45% do orçamento de 2015), o que fez a administração “readequar” contratos e investimentos. A precarização atinge cotidianamente os estudantes, como a falta do RU, bebedouros, bolsas de assistência e segurança que afetam as condições de estudo e permanência em todos os centros. Em sua fala, o reitor também atacou as propostas mais combativas dos estudantes, asseverando que qualquer tentativa de paralisação e greve de ocupação seria uma ameaça à continuidade do ensino presencial.

Foi aberto também espaço para falas de algumas representações estudantis e sindicais. O que se viu foi uma aberta posição de abrandamento da revolta estudantil, frente à série de ataques à educação pública e um verdadeiro palanque eleitoral em promoção à candidatura de Lula. Prestaram-se a esse serviço a fala de Rosa Amorim, estudante da UFPE, do MST-Levante, que se elegeu a deputada estadual, além do DCE, APG e Adufepe, todos dirigidos pelo PCdoB. Totalmente arregimentados pelo eleitoralismo, não apresentaram qualquer proposta concreta de combate aos ataques. A única fala estudantil que tentou fazer uma crítica a confiança nas eleições burguesas e autonomia do movimento estudantil houve o silenciamento através de vaia e gritos de

“fora Bolsonaro”.

Um dia após a reunião convocada pela reitoria houve, pela manhã, a assembleia docente. A CPE-POR atuou defendendo a paralisação no dia 18 para adesão ao ato; a articulação de uma frente do funcionalismo contra a Reforma Administrativa e nenhuma ilusão nas eleições. As duas primeiras propostas foram aprovadas, mas a direção do PCdoB nem divulgou a paralisação, ao noticiar o resultado. A aprovação do apoio à candidatura de Lula e a adesão à marcha com Lula e Marília Arraes, no dia 14, na prática, se sobrepujaram à mobilização. Um representante do DCE-UNE-UJS chegou a cogitar suspender o ato do dia 18 para jogar peso no ato eleitoral com Lula. No mesmo dia, ocorreu a assembleia estudantil promovida pelo DCE (UJS-Levante), que desde a convocação até o final da reunião mostrou as tentativas de sabotagem às mobilizações. Após a pressão dos estudantes e muitos dias após o anúncio dos cortes, a assembleia foi convocada em véspera de um feriado e num horário em que o campus estava esvaziando, não houve também nenhum comprometimento com a divulgação prévia da assembleia para que fosse massiva e efetiva. A assembleia teve baixa participação, algumas dezenas de estudantes, predominou o eleitoralismo. A CPE-POR atuou por meio de um informe docente e avaliação, chamando a confiar na força da mobilização estudantil e de uma fala de uma estudante, defendendo os métodos da ação direta coletiva para fazer frente aos cortes, pela independência política e organizativa do movimento estudantil. Porém, burocraticamente, a assembleia se encerrou sem a votação dos encaminhamentos.

Nota-se o peso do imobilismo burocrático das correntes reformistas que se colocam, sistematicamente, contra qualquer tentativa de desmonte à ordem burguesa, cooptando e minando a força do movimento universitário, segmentando as lutas e mascarando que o desmonte da educação através do sucateamento é

apenas parte de um projeto de destruição de todo funcionalismo público em função do capital privatista e entreguista. Participamos de tentativas de articulação junto com o coletivo Mangue Vermelho e MUP-UJC-PCB. Esses setores exigiram que o ato do dia 18 seja acompanhado por uma paralisação unificada e da construção de greves de ocupação. O fato de o PCB estar apoiando Lula (e Marília Arraes-Solidariedade) no segundo turno dificulta, na prática, a formação de uma frente em torno da mobilização, considerando que eles também estão se guiando pela tarefa de criar e aderir aos comitês eleitorais.

A CPE atuou divulgando os atos, em falas, panfletos, cartazes e distribuição de boletim, expressando a necessidade de unificação das lutas com os demais oprimidos, através da ação direta, com greves, ocupações e bloqueios de avenidas e cobrando que as direções estudantis e sindicais articulem as mobilizações unificadas. O boletim da CPE denunciou como a reitoria aplica os cortes: “As soluções burocráticas são: 1) reduzir os contratos com as empresas terceirizadas, assim, demitese trabalhadores e os que ficam precisam trabalhar mais; 2) dificultar o acesso dos estudantes que preenchem os critérios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para terem bolsas de permanência; 3) Adiar a reforma do restaurante universitário, que em 11 de dezembro completará mil dias fechado; 4) Intensificar a captação de recursos privados, por meio de parcerias e venda de serviços, que subordinam a extensão e, sobretudo a pesquisa, a interesses mercadológicos.”. Defendeu o financiamento integral conforme o cálculo da Assembleia Geral Universitária, propagandeou a necessidade de lutar pela reabertura do R.U., fechado há quase mil dias. Também difundiu a campanha pelo voto nulo e pela construção do partido operário revolucionário, no texto “Confiar em nossas próprias forças e lutar por um DCE independente e combativo”. Tudo indica que as direções estudantis e sindicais nada farão para que o dia 18 seja de fato um dia de defesa da educação, da juventude e do funcionalismo, mas a CPE seguirá convocando para a manifestação, com a defesa de que seja um ato combativo. Além disso, seguimos nos esforçando para criar uma fração revolucionária no movimento universitário.



Boletim Nossa Classe – outubro

Política Operária

Confiar em nossas próprias forças e lutar por um sindicato independente e combativo

O Boletim Nossa Classe não poderia deixar de falar aos trabalhadores sobre o que pensa e o que fez em torno às eleições. O segundo turno decidirá se Lula volta à Presidência, ou se Bolsonaro permanecerá no poder do Estado. Sabemos que a maior parte da classe operária e da população pobre e miserável rejeitou a política de Bolsonaro de ataque à vida dos oprimidos. Vimos também que milhões de votos dados a Bolsonaro vêm da população trabalhadora e sofrida. O que quer dizer que a disputa eleitoral dividiu os explorados. E qual será o resultado do segundo turno?

Se Lula ganhar, a classe operária e os demais explorados não poderão contar com uma mudança econômica, política e social, que de fato acabe com o desemprego, subemprego, terceirização, destruição de direitos e salário mínimo de fome. Se Bolsonaro ganhar, vai dar continuidade à política que descarrega a crise econômica sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores. Como se vê, a divisão eleitoral é criada pela disputa entre as forças políticas para a mudança ou manutenção do governo burguês.

Mercedes-Benz

Para enfrentar o plano da montadora, de 3.600 demissões: convocar assembleia e aprovar a greve unitária

Metalúrgicos da Mercedes! É necessário exigir que o sindicato se coloque contra a terceirização e as demissões. É preciso unificar os trabalhadores efetivos, temporários e terceiros. É um erro do sindicato, dividir os trabalhadores, parando setores de forma isolada, como fez com os companheiros da logística, no dia 28 de setembro. Aroaldo, diretor do sindicato, informou que parou o setor porque a fábrica se antecipou com as negociações. Disse ainda que “precisamos dar uma resposta para a empresa, dizer que nosso emprego não será trocado por 10 salários”. Percebam, companheiros, que Aroaldo parou o setor da logística, e não se colocou pela organização da luta geral dos metalúrgicos contra a terceirização e as demissões! Ao contrário, Aroaldo deixou claro, ao falar que não devemos trocar o emprego por 10 salários, que o sindicato pretende, mais uma vez, negociar e aceitar as demissões em troca de uma indenização, como fez em 2016, quando negociou um acordo, que levou a Mercedes demitir

A classe operária e os demais explorados ainda não têm um partido revolucionário, capaz de usar as eleições para lutar pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. Esse partido em construção é o Partido Operário Revolucionário (POR), que divulga o Boletim Nossa Classe nas fábricas. Diante das eleições, o POR fez a defesa do voto nulo, e continua fazendo no segundo turno. O voto nulo foi o meio encontrado para defender a independência de classe dos trabalhadores diante da disputa burguesa, que levou a uma grande divisão no interior da maioria oprimida.

O POR e o Boletim Nossa Classe defendem que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, lutem por um programa próprio de reivindicações e libertem os sindicatos das direções sindicais burocráticas e traidoras. Esse é o conteúdo classista da defesa do voto nulo, e em contraposição à defesa de qualquer governo burguês. A classe operária deve erguer seu partido para lutar pela constituição de um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária.

tir 1.400 trabalhadores.

Para defender os empregos, precisamos responder ao sindicato: empregos não se negociam! Não se trocam por indenização! Se defendem com a luta unificada de todos os operários, realizando a greve, ocupando a fábrica, implantando o controle operário da produção. Devemos exigir que o sindicato convoque uma assembleia geral, para aprovar a greve com a ocupação da fábrica. Na assembleia, devemos aprovar a constituição de um comando de greve, que garanta a unidade na luta.

O Boletim Nossa Classe, diante das demissões e do desemprego, defende a redução da jornada, sem redução dos salários. Defende que as assembleias sejam democráticas, para que todos tenham o direito de defender suas propostas de luta. Insiste que, sem a organização da greve, sem a ocupação da fábrica, não será possível barrar as 3.600 demissões e a terceirização.

Uma campanha salarial, que não prepara a greve unitária, não quebra a intransigência patronal

A assembleia do G3 (Sindipeças, Sindiforja e Sinpa), e com a aprovação do reajuste de 9%, mostrou claramente que, mais uma vez, a direção do sindicato não preparou os metalúrgicos para uma greve unitária. Sabemos que, somente com a força da assembleia geral, da mobilização do chão-de-fábrica e da greve, torna-se possível impor nossas reivindicações aos capitalistas. No entanto, os metalúrgicos chegaram à

assembleia do G3 completamente despreparados para a luta. Mais uma vez, a direção do sindicato fez, da campanha salarial, uma colcha de retalhos.

As negociações por grupos dividem a força do movimento. Assim, fica mais fácil para os patrões imporem reajustes que não correspondem à necessidade da elevação salarial do conjunto dos metalúrgicos. Vivemos na pele o brutal custo de vida. Vivemos ameaçados pelas de-

missões. Vivemos açoitados pela terceirização. Nada disso foi colocado na campanha salarial.

Amanhã, os 9% já vão ser desvalorizados. E a ameaça das demissões continua a aterrorizar os trabalhadores. Eis por que, na assembleia, ficou claro o descontentamento de uma parcela dos metalúrgicos, que não aceitava o acordo miserável, e queria lutar. Esse descontentamento demonstrou que, entre os

metalúrgicos, cresce a desconfiança na direção do sindicato, que não se empenha em organizar uma verdadeira campanha salarial unificada e preparada para ir à greve.

O Boletim Nossa Classe defendeu uma campanha salarial de luta. Mostrou

que o custo de vida é muito superior ao índice do INPC. Que era preciso unir os metalúrgicos, e não manter a divisão em grupos. Que uma campanha salarial dividida somente favorece os patrões. Que a força para impor a pauta de reivindicações depende da unidade e da organi-

zação da resistência, portanto da greve unitária e das manifestações de rua dos metalúrgicos. A campanha salarial, sem organizar os operários para a greve, só pode resultar em acordos pró-patronais. É preciso dar um basta a essa política da direção do sindicato!

Velha manobra: aviso de greve

A burocracia do sindicato, depois de aprovar o acordo para o G3, procurou radicalizar o discurso. Disse que o patrão, que não aceitar esse acordo aprovado, receberá o aviso de greve da FEM/CUT. Justificou que o índice aprovado naquele momento, de 9%, é o parâmetro para os outros grupos.

Tudo não passou de uma encenação. Na realidade, o aviso de greve para uma categoria toda dividida não tem nenhum valor prático. Para os patrões, os considerados intransigentes pela burocracia do sindicato, o aviso de greve é uma água benta.

Construir as oposições sindicais

Os nossos sindicatos precisam sofrer uma grande mudança. As suas direções se acham comprometidas com os interesses dos patrões. É o que acabamos de ver, com a inexistência de uma verdadeira campanha salarial dos metalúrgicos do ABC. Basta ver também que nada tem sido feito pelas direções traidoras, para defender os empregos, salários e direitos. Já não se tem a democra-

cia operária nas assembleias. Não se organizam comissões de fábrica independentes. Assim, nossos sindicatos perderam força para defender o conjunto da classe operária, contra a brutal exploração do trabalho.

O Boletim Nossa Classe vem trabalhando pela construção das oposições sindicais. Participe e contribua para recuperar nossos sindicatos para a luta.

O Boletim Nossa Classe defendeu, no início da campanha salarial, que o sindicato convocasse uma assembleia geral, aprovasse uma pauta de reivindicações, que contivesse o índice de reposição salarial, e os direitos que foram arrancados pela reforma trabalhista e a lei da terceirização. Já era evidente que o patronato não aceitaria essa pauta, o e que, necessariamente, desde o primeiro momento, era preciso preparar a greve unitária dos metalúrgicos. Por isso, levantou a bandeira, “Negociação sem luta, é derrota na certa!”

Pelo fim da guerra na Ucrânia

A classe operária em todo o mundo deve se colocar pelo fim imediato da guerra na Ucrânia. Deve, igualmente, lutar contra suas consequências, que recaem sobre os explorados, na forma da alta do custo de vida, de desemprego, de fome e miséria. Lutemos por: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia.

São Paulo

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes

Os companheiros que estiveram na Mercedes, no dia 11 de outubro, relataram que a distribuição dos 1.500 boletins foi muito rápida. Não houve rejeição por parte dos operários, embora grande parte está pela eleição de Lula. Em conversa com alguns metalúrgicos, fizemos a pergunta “Como vocês estão se organizando para responder à terceirização e às demissões?”. Disseram: “A terceirização já é Lei e, então, a fábrica tem o poder de terceirizar”; “o Sindicato está negociando e é preciso esperar”. Respondemos que embora o patrão tenha a seu favor a Lei, nós temos a força coletiva para rejeitar a sua implantação, para isso, é preciso nos organizar. É necessário que o sindicato convoque uma assembleia geral, para unir toda a fábrica contra as demissões e a terceirização. Não se trata de um problema do setor de logística.

O que chamou a atenção é que a direção do sindicato colocou na cabeça dos metalúrgicos que é preciso esperar as negociações. A experiência já mostrou que negociação entre direção do sindicato e patrão, quem sai vencedor é sempre o patrão. Por outro lado, a burocracia do sindicato tem dois motivos para dizer aos operários que é preciso esperar: o primeiro, é a propaganda de que se Lula for eleito será possível mudar a lei, o que cria ilusão ainda maior na eleição burguesa; o segundo, é que essa burocracia já está ne-



gociando as indenizações com a montadora, o que leva muitos operários a ver as demissões como inevitáveis e, assim, a cair na armadilha de vender seus empregos, em vez de lutar por eles.

O relato dos companheiros mostra que uma parcela de operários pegava o Boletim e, ao invés de dobrar e colocar no bolso, começava a ler atentamente. A não rejeição do Boletim que trazia a posição de voto nulo nas eleições e a crítica à política da direção do sindicato se devem ao trabalho sistemático que vêm fazendo os militantes do POR junto aos operários da Mercedes. ■

São Paulo

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na Vigor

Na distribuição do Boletim Nossa Classe de outubro, na fábrica da Vigor, encontramos os operários bem receptivos ao material, de forma geral, mas com pouca disposição para conversar. Entendemos que existem dois principais fatores para isso, a falta de perspectiva dos operários nas soluções de seus problemas, e a polarização em torno às eleições.

Ao final da distribuição, um operário questionou o Boletim, no sentido de qual era o partido. Foi explicado que o Boletim Nossa Classe é o boletim sindical do POR, e que tem como objetivo explicar nossas posições diante das medidas governamentais que afetam os explorados, denunciar a política das direções sindicais que colaboram com o patronato, combater o capitalismo em decomposição que só traz mais barbárie social, e trabalhar por constituir direções sindicais classistas. Além disso, por interesse demonstrado pelo operário, foi resgatada a história de fundação do POR desde o momento em que ainda era uma tendência interna ao Partido dos Trabalhadores e sua consequente cisão, dada ao alto nível de degeneração do PT já em 1989, e suas perspectivas, apontando para ser mais um dos partidos a serviço da burguesia. Em seguida, nós perguntamos ao operário sua opinião sobre as eleições, e o operário respondeu com um pouco de hesitação o

apoio ao Lula, justificando que a Bolsonaro era inaceitável.

A conversa com o operário continuou sobre o que se esperar de um eventual governo Lula e o operário exclamou que as condições de vida podem melhorar, argumentamos que a mudança só poderá vir a partir da luta, e que há muito tempo não temos mais grandes greves. O afastamento da luta tem golpeado a organização política do proletariado e seu conhecimento sobre os métodos próprios de luta, pois, atualmente, muitos operários associam a luta política quase exclusivamente à via eleitoral. É um fenômeno imposto pelas direções dos sindicatos corrompidos e burocratizados, que se retiraram do campo da ação direta, assim, a classe operária não vê mais a possibilidade de mudar sua realidade sem um representante político no parlamento. Isso ficou claro com uma das perguntas do operário: o operário ainda perguntou: “O POR possui deputados ou participam de alguma bancada no parlamento?”

Nossa propaganda para a distribuição: Confiar em nossas próprias forças e lutar; defender o emprego com luta, unidade de toda classe operária. Exigir que nossos sindicatos sejam independentes e combativos, exigir que convoquem as assembleias para aprovar um programa e o método próprios para conquistá-lo. ■

Ceará

Boletim Nossa Classe

O Boletim inicia com o artigo “Confiar em nossas próprias forças. Lutemos unificados por empregos, salários e direitos”, onde desenvolve a campanha do POR de que, com ou sem eleições, é fundamental defender a retomada das lutas, e que, no segundo turno, vença um candidato ou outro, não teremos a solução do desemprego, baixos, salários, fome e miséria. Por isso, realiza o chamado para que as centrais rompam com a conciliação, e convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios.

O Boletim também denuncia a demissão de operários do canteiro de obras do hospital da UECE, e defende a bandeira de “Nenhuma demissão e estabilidade a todos”. Finaliza lembrando dos 5 anos da maldita reforma trabalhista de Temer, em vigor desde 2019, que demoliu parte da CLT, assim como a necessidade de luta nacional e unificada por sua revogação.

Ceará

Boletim – O Proletário

O Boletim traz uma primeira matéria, intitulada “As eleições não podem resolver a vida da população pobre e trabalhadores”, onde explica que, entra governo, sai governo, em cada eleição, e a pobreza continua, assim como os baixos salários, a miséria, a violência, a falta de moradia, e que é necessário que os explorados confiem em seus métodos próprios de luta.

O Boletim denuncia as condições de abandono das ruas do Aracapé por parte dos governos, indicando o caso da falta de iluminação em muitas vias e dos buracos, etc. Relata o ato e panfletagem realizado pelo O Proletário/POR no posto de saúde, denunciando as péssimas condições de atendimento, falta de medicamentos, profissionais, etc. Conclui analisando os 7 meses de guerra na Ucrânia, e reforçando a campanha do Comitê de Enlace. ■

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe abre com a posição diante das eleições de 30 de outubro. Diz: Neste segundo turno, vote nulo! Por uma luta em defesa dos nossos salários, empregos e direitos! Destaca que nesse segundo turno, os trabalhadores estão pressionados a escolher entre Lula ou Bolsonaro. O Boletim Nossa Classe defende o voto nulo, para que organizemos a luta em defesa das reivindicações vitais. Nenhum governo solucionará os nossos problemas! Somente com nossa própria organização, combateremos o desemprego, o subemprego, a informalidade,

a terceirização, a pobreza, a miséria e a fome! Levanta a bandeira: Não confiar nas eleições, não confiar em nenhum governo burguês. Confiar, sim, nas assembleias, na democracia operária, na união dos explorados, na greve e nas manifestações de rua. Trabalhar por constituir as comissões de fábrica. Formar as oposições sindicais classistas e combativas.

Em seguida, apresenta um programa operário de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Eis: 1) Redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Assim, milhões de

postos de trabalho serão abertos. Pela estabilidade no emprego para que os patrões não possam demitir livremente; 2) Fim da terceirização, por meio da efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada; 3) Implantação do salário-mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida; 4) Aumento geral dos salários, que estão desvalorizados pela elevação dos preços dos produtos da cesta-básica, transporte, energia, aluguel, etc.; 5) Revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro; 6) Criação de um programa de moradia popular, controlado pelos próprios trabalhadores; 7) Estatização do sistema privado de saúde e constituição de um sistema único, público e gratuito.

Em outra nota, ressalta que a classe operária tem como lutar por um governo próprio, um governo operário e camponês, que virá da revolução social. Mas, para isso, é preciso fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário (POR), que tem, como porta-voz fabril, o Boletim Nossa Classe.

Duas outras notas compõem o Boletim: 1) a denúncia da fábrica Guararapes, que impôs 1 hora a mais todos os dias.

Diz: “a fábrica Guararapes anunciou que, a partir deste mês, os operários terão de trabalhar 1 hora a mais todos os dias, além de continuar trabalhando aos sábados. A fábrica se utiliza do maldito banco de horas para impor esse prolongamento da jornada de trabalho. Assim, o trabalhador não tem mais vida, vive inteiramente à disposição da fábrica, sendo levado à exaustão e adoecimento. Defende que a direção do sindicato convoque a assembleia para rechaçar mais essa medida patronal, por meio da luta coletiva. E apresenta algumas reivindicações que unificam os operários: 1) nada de trabalho aos sábados e 1 hora a mais. Fim do banco de horas; 2) nenhuma demissão. Readmissão imediata dos demitidos; Estabilidade no emprego; 3) fim das metas abusivas e da sobrecarga. Contratação de mais trabalhadores; 4) por um piso salarial que cubra as reais necessidades de uma família operária; 4) nenhum desconto de coparticipação! Que o plano de saúde seja custeado integralmente pela Guararapes.

Como última nota, traz a denúncia do acidente de trabalho que matou o operário da Cinpal, em São Paulo, com o chamado: Somente a classe operária organizada e em luta pode impor aos patrões as condições seguras de trabalho.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na reunião do Conselho Estadual de Representantes e no ato em frente à Secretaria da Educação

A Corrente Proletária interveio no Conselho por meio do Boletim, da divulgação dos materiais do POR na banca e no debate em plenário. O ponto central da reunião se resumiu no balanço eleitoral do primeiro turno das eleições e a na campanha pela eleição de Lula e Haddad. Assim, o ponto da pauta sobre as reivindicações e as demissões de cerca de 40 mil professores contratados se limitou às denúncias das medidas do governo. Embora a direção da Apeoesp houvesse criado uma mesa com as correntes que defendem o voto no PT, após a discussão dos pontos diretamente vinculados à categoria. A direção não tinha propostas, a não ser a realização do ato no período da tarde, a constituição de uma comissão para entrar na Secretaria da Educação, e um projeto de lei na Assembleia Legislativa (de autoria da presidente do Sindicato), que solicita a prorrogação dos contratados dos professores que perderão o vínculo no final do ano letivo.

A Corrente Proletária defendeu que se aprovasse uma assembleia geral, contrapondo aos atos por setor da categoria. Mostrou que a função do sindicato é unificar a luta dos professores, que a divisão sempre favorece ao governo. Defendeu a estabilidade dos professores contratados, por meio da efetivação de todos que já estão trabalhando. E que a reivindicação de concurso implicaria a demissão de parte dos contratados. Sobre o balanço eleitoral e a posição para o segundo turno, a Corrente expôs a linha do partido durante o período eleitoral que centrou nas reivindicações, no método de luta e no programa próprio dos explorados. Destacando a bandeira de “Não confiar nas eleições, confiar nas nossas próprias forças”. E explicou a posição do POR de defesa do voto nulo. Como era esperado, o plenário inteiramente favorável ao voto ao PT, porque as correntes que tinham candidaturas próprias, como o PSTU e PCB, já tinham declarado o apoio ao PT, reagiu negativamente à posição do POR.

Em relação à campanha contra as perseguições políticas, o POR apresentou uma moção em defesa do militante porista da

Bolívia. Eis a moção, que foi lida pela mesa.

“Em defesa da liberdade política e sindical.

O Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), na reunião do Conselho Estadual de Representantes, de 10 de outubro, aprovou uma moção em apoio ao professor e dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), Rodrigo Echalar Amorós, contra um processo criminal instaurado pelo atual governo da Bolívia, sob a alegação de dirigir as mobilizações em 2019, momento em que ocorriam os levantes populares contra o governo de Evo Morales.

É nosso dever se colocar contra todo tipo de repressão que recaia sobre os dirigentes sindicais e políticos, que organizam e encabeçam a luta em defesa das reivindicações dos explorados. É nosso dever defender a independência sindical e as liberdades democráticas. Nesse sentido, solicitamos que o governo boliviano retire o processo criminal, que aponta a prisão para Rodrigo Echalar Amorós.

*Pela liberdade de organização e mobilização política e sindical
Nenhuma punição aos lutadores!*

Como houve posição contrária à moção, foram feitas duas intervenções. A posição contrária rejeitou a moção com o argumento de que partia de defensores do “golpe que derrubou o governo de Evo Morales”. Para que o plenário não votasse contra a moção, a presidente do sindicato fez a manobra de discutir nas reuniões de representantes de escolas e no próximo CR. Essa manobra foi denunciada pelo POR, mas foi aprovada.

Após esse ponto, a diretoria determinou que representantes do PT, PCO e PSOL fizessem parte de uma mesa, e tivessem um tempo para defender a candidatura de Lula. Chamou a atenção o tom aterrorizador da fala do representante do PSOL (Resistência), a exemplo: “a existência dos sindicatos estará em risco”, “agora é guerra”, “a reeleição de Bolsonaro é retrocesso”, “a palavra de ordem tem de ser rua...rua... para poder respirar” as regiões do estado. O discurso da presidente da Apeoesp (PT) foi enfático de

que é preciso eleger Lula e Haddad, e que não estamos diante de qualquer eleição. Concluiu com a defesa da caminhada com Haddad no dia 15, dia do professor, e determinando metas de ônibus para os conselheiros. O PCO centrou no tom existista de que a campanha pelo voto ao PT deve tomar, indicando a confecção de 1 milhão de panfletos. Disse que a política do PT no primeiro turno fracassou, que os aliados burgueses não trazem voto nas urnas, e que é preciso romper com essa frente ampla, porque é uma vergonha. Concluiu enfatizando a mobilização de rua. Como era esperado, assim que acabaram essas falas da mesa, a burocracia encerrou o CR.

Ato em frente à Secretaria da Educação

O ato reuniu algumas centenas de professores. Iniciou com a presidente do sindicato dizendo que o objetivo era conversar

com o Secretário da Educação, cobrando o projeto de Lei, que até aquele momento não havia chegado à Assembleia Legislativa. O projeto prometido seria de prorrogação do contrato dos professores categoria “O” de 2018, 2019. Formou-se uma comissão, para ir conversar com o Secretário. No entanto, a Secretaria fechou os portões, para não receber o sindicato. Enquanto isso, abriu-se a palavra no carro de som para que os professores se posicionassem diante das demissões. Predominou o discurso eleitoreiro recheado de promessas, caso Haddad vença as eleições, entre elas o fim do confisco para os aposentados. Como o secretário não recebeu a comissão, a presidente do Sindicato ameaçou organizar uma greve.

O POR interveio defendendo a unidade dos professores, efetivos e contratados, a convocação de uma assembleia geral e a estabilidade dos professores contratados, por meio da efetivação. ■

Rio Grande do Norte

Uma vitória parcial dos professores da Escola E. Elia de Barros

O trabalho do professor tem a particularidade de não ser realizado apenas na sala de aula, mas envolver o planejamento das aulas, correção de provas e trabalhos burocráticos. Para isso, o magistério nacional conquistou, na Lei do Piso (Art. 2º, § 4º da Lei 11.738/2008), o direito a realizar 1/3 de sua carga horária em atividades, que não envolvam a “interação com os educandos”. No entanto, são inúmeras as investidas dos governos para cercar esse direito, impondo aos professores ter de dar aula ou outras atividades com os alunos e coordenação, durante essa parte da carga horária.

No Rio Grande do Norte, em 2013, o governo Rosalba editou a Portaria nº 731/2013-GS/SEEC, determinando que 50% do terço da hora-atividade deveria ser realizado na escola, mediante assinatura de folha de ponto. Na época, a direção do SINTE/RN (PT) conciliou com o governo, não organizando a luta contra essa imposição. Com esta medida, o governo buscou disciplinar o 1/3 da hora-atividade dos professores que, uma vez na escola, estariam à disposição dos gestores para suprir lacunas decorrentes da falta de professores. Apesar da capitulação da direção do SINTE/RN, a categoria resistiu nas escolas, e a maior parte não cumpriu a determinação da portaria.

Ao longo dos anos, essa disputa se tem dado principalmente no interior das escolas, entre os diretores e os professores. Foi o caso da Escola Estadual Elia de Barros (São Gonçalo do Amarante/RN), em que a direção ressuscitou a Portaria nº 731/2013-GS/SEEC, do governo direitista oligárquico de Rosalba Ciarlini, para justificar que, a partir de agora, os professores teriam de comparecer à escola, toda semana, para cumprir o que determina a portaria. Além disso, se apoiou numa suposta visita de um funcionário da Secretaria de Educação à escola, para dizer que a SEEC estaria exigindo que a escola implementasse a Portaria.

A Corrente Proletária na Educação, que está presente na escola, imediatamente levantou as seguintes questões: 1) que o terço da hora-atividade, conquistado na Lei do Piso, era um direito do professor para realizar como deseja; 2) não havia um documento formal (ofício, notificação, etc.), que intimasse a escola a implementar o terço da hora-atividade na escola; 3) que essa portaria, do governo Rosalba, de 2013, nunca foi cumprida, estava caduca, e não havia motivo para ser cumprida

justamente agora.

A Corrente impulsionou uma reunião com os professores, para deliberar um posicionamento coletivo. Na reunião, defendeu que os professores rejeitassem integralmente a proposta do diretor, de ir toda semana à escola para implementar o planejamento. Houve uma segunda proposta, aprovada pela maioria dos professores, de ir apenas um dia por mês à escola, e o restante dos dias realizar o planejamento em casa.

A Corrente ficou em minoria. Mas deixou claro a sua posição de rejeição integral. Nas duas reuniões com o diretor e vice-diretor da escola, a Corrente defendeu, junto com os demais professores, a decisão da maioria de ir apenas um dia por mês planejar na escola. Nas discussões com a direção, ficou evidente que a suposta visita de um funcionário da SEEC e a Portaria do governo Rosalba eram um pretexto, para a direção subordinar o terço da hora-atividade dos professores ao seu controle. Houve uma contraproposta da direção da escola de ir dois dias por mês à escola, ao invés de apenas um. Diante disso, a Corrente trabalhou, entre os professores, para manter a unidade em torno à proposta aprovada inicialmente pela maioria, de um dia por mês. Em uma segunda reunião da base dos professores, a categoria reafirmou a proposta inicial. Diante da unidade dos professores, a direção da escola recuou e acatou a proposta de um dia por mês de planejamento na escola.

A Corrente avalia a conquista dos professores como uma vitória parcial. Vitória, porque foi fruto da organização e vontade coletivas dos professores, o que fortalece a unidade organizativa da categoria. Parcial, porque os professores realizaram uma concessão de um dia por mês de planejamento na escola. A tendência de realizar essa concessão se viu fortalecida pelo isolamento político dos professores por parte da direção do SINTE/RN, que se omite diante das investidas dos diretores de cercar o terço da hora-atividade.

A Corrente atua no interior das escolas, no sentido de fortalecer a organização coletiva dos professores pelos seus próprios métodos de democracia sindical. Trabalha por quebrar o isolamento e divisão entre os professores, gerado pela política de conciliação de classes da direção do SINTE/RN (PT). Luta por constituir uma fração revolucionária no interior do sindicato, para recuperá-lo como instrumento de luta da categoria. ■

USP

Direções estudantis não convocam os estudantes para lutar em defesa da permanência estudantil, mas procuram armar “greve” de apoio a Lula e Haddad

Assim que foi definido o resultado do primeiro turno das eleições, a direção do DCE da USP (UP/PCB/PSOL) convocou uma assembleia geral dos estudantes, ocorrida em 6 de outubro. A assembleia contou com aproximadamente 300 estudantes, sendo a grande maioria de correntes, sem grande presença da base. Nesse cenário, a pauta anunciada não foi objetivada em organizar a mobilização dos estudantes em defesa da permanência estudantil, em particular pelo reajuste de bolsas estudantis e pela ampliação das vagas de moradia estudantil no CRUSP, sob o controle dos moradores. Não se tratou de denunciar que um bloco inteiro de moradia segue, desde meados de 2021, interditado, sob o pretexto de uma “reforma”. Não buscou contestar a terceirização de restaurantes universitários, o déficit de professores e funcionários, ou a vigência de uma base da Polícia Militar e de uma faculdade privada do banco BTG, dentro do campus Butantã. Ignorando todas essas condições, a pauta anunciada foi objetivada em organizar a “mobilização” dos estudantes em torno do apoio a Lula e Haddad no segundo turno das eleições.

A Corrente Proletária Estudantil, junto à Frente Transição de Fase, composta pelo POR e militantes independentes, ainda buscou contrapor a política das direções estudantis, de convocação de uma greve eleitoreira, com a defesa da organização e luta dos estudantes em torno de suas reivindicações próprias, por permanência e contra o avanço do sucateamento e privatismo sobre a universidade.

Tal política, marcada pelo abandono da luta dos estudantes em defesa de suas reivindicações e de subordinação do movimento ao eleitoralismo, foi assumida por todas as correntes do movimento estudantil, que se diferenciaram apenas nos pretextos para o apoio ao PT. Enquanto a maior parte das correntes, vinculadas principalmente ao PT e PSOL, sustentaram apoio integral ao eventual governo de Lula e Haddad, os centristas, principalmente o PSTU, buscaram sustentar o “voto crítico em Lula” contra a ultradireita. Nesse campo, também se situou o MRT, com uma política de apoio envergonhado a Lula, expressa por um discurso que visava a secundarizar a questão do voto, e sugerir a organização da luta contra qualquer governo eleito. Sem uma definição clara, contudo, esse discurso em certos momentos foi utilizado de forma oportunista e ambígua, oscilando entre a posição do POR, expressa pela bandeira de “nenhuma ilusão nas eleições”, cuja base é o voto nulo, e as posições de “voto crítico” em Lula e Haddad. Apesar das distinções, todas as correntes reformistas e centristas concordaram com a convocação de uma assembleia geral dos estudantes da USP no dia 19 de outubro, tendo como pauta um indicativo de “greve”, orientada para o apoio eleitoral a Lula e Haddad.

A Corrente Proletária Estudantil foi a única organização que defendeu explicitamente o voto nulo, caracterizando a candidatura de Lula-Alckmin como uma candidatura de conteúdo burguês, e expondo a necessidade de organizar os explorados em torno de suas reivindicações próprias contra qualquer que seja o governo eleito. Nesse sentido, chegamos a apresentar na assembleia, em oposição às resoluções e moções de apoio a Lula e Haddad, uma proposta de resolução para as mobilizações de outubro, e uma proposta de moção em defesa do voto nulo (ambas publicadas em seguida), sendo que a mesa manobrou para impedir a leitura deste último documento, sob um pretexto de “falta de tempo” para leitura. A Corrente Proletária Estudantil, junto à Frente Transição de Fase, composta pelo POR e militantes independentes, ainda buscou contrapor a política das direções estudantis, de convocação de uma greve eleitoreira, com a defesa da organização e luta dos estudantes em torno de suas reivindicações próprias, por permanência e contra o avanço do sucateamento e privatismo sobre a universidade.

Proposta de resolução sobre as mobilizações de outubro e o segundo turno das eleições: *“Nenhuma Ilusão nas eleições! Pelo unidade da maioria oprimida no campo da independência de classe, contra qualquer que seja o governo burguês eleito e seus ataques, e em defesa de suas reivindicações elementares de todos os explorados: i) Emprego a todos, com escala móvel das horas de trabalho; ii) Reajuste real dos salários; iii) Revogação das privatizações e contrarreformas, tais como a previdenciária e trabalhista; iv) Contra o desmantelamento dos serviços públicos; v) Opor-se aos cortes na universidades públicas com a defesa do ensino público científico, laico e gratuito, vinculado à produção social.*

Proposta de moção em defesa do voto nulo: *“O segundo turno das eleições expressa a disputa entre, de um lado, a ultradireita fascizante, representada em nível federal por Bolsonaro e seus asseclas, e, de outro lado, os setores da burguesia que alimentam ilusões em uma caricatura de democracia liberal, agora representados em nível federal pela chapa Lula-Alckmin. Frente à junção das crises econômica e sanitária, em 2020, os governos burgueses de conjunto descarregaram o peso da crise sobre as massas oprimidas, impondo o trabalho em meio ao risco de contaminação para alguns, e as demissões e reduções salariais, junto a concessão de um auxílio emergencial de valor miserável, para outros. Em meio a série de profundas contrarreformas conduzidas pelo governo Bolsonaro em prol dos interesses capitalistas, que acarretaram na onda de mortes, desemprego, fome, miséria, sobrecarga do sistema de saúde pública e evasão escolar, as direções sindicais, estudantis e populares – cuja principal central (CUT) é dirigida pelo PT – renunciaram à luta de classes. Recusaram-se a convocar assembleias populares e organizar a luta dos explorados nas ruas, por meio de seus métodos e programa próprios para combater a crise econômica e sanitária, alimentando a crença de que a burguesia e seus governos seriam capazes de aplicar a todos uma medida científica de isolamento social. Com o abrandamento da Pandemia, o PT e seus asseclas agora convocam os explorados, mas não para confiarem única e exclusivamente em suas próprias forças, organizando greves nas fábricas, nos transportes, em cada local de trabalho e de estudo, como meio de combater o gover-*

no Bolsonaro com um programa de reivindicações próprio por meio da independência de classe, que combata o desemprego, o aumento da carestia de vida, a fome e outras mazelas do capitalismo em decomposição. Em sentido oposto, o PT e seus asseclas convocam os explorados a votarem no outrora “golpista” Alckmin, na aliança com setores do capital financeiro nacional e internacional, que se estendem desde membros da FIESP – instituição que historicamente apoiou o golpe militar de 1964 e, mais recentemente, o impeachment de 2016 – até setores do Partido Democrata Estadunidense – que historicamente sustentou golpes militares em todo o mundo e, agora, junto a aliados da OTAN, potencia as tendências bélicas mundiais, principalmente contra a Rússia e a China. Tal circunstância, somada às experiências de traição dos governos reformistas na América Latina, tal como Pedro Castillo no Peru – que mobilizou as forças armadas para reprimir manifestações

populares contra o desemprego e a inflação – tal como Boric no Chile – que prorrogou a militarização de terras Mapuche – demonstra que os eventuais governos petistas, sejam em âmbito federal ou estadual, tendem a não expressar outro conteúdo de classe que não o burguês, e não reduzirão as tendências repressivas. Assim, não há saída para os explorados que não a via do voto nulo no segundo turno das eleições. A confiança em nossas próprias forças organizativas e métodos de luta, sem alianças com representantes da classe opressora, é o único meio de garantir o combate genuíno ao rebaixamento de nossas condições de vida e de trabalho, bem como a quaisquer tendências fascizantes. É o meio pelo qual caminharemos em direção à destruição dos organismos de poder da burguesia e, sob a égide de um governo operário e camponês, garantiremos a mais plena democracia: não representativa, mas direta, não burguesa, mas proletária”. ■

São Paulo – ABC

POR intervém na assembleia dos estudantes contra os cortes na UFABC

O POR interveio na assembleia dos estudantes, realizada no campus São Bernardo da UFABC, no dia 13. Foi convocada contra os cortes orçamentários, promovidos pelo governo Bolsonaro. Ocorre que, nesse meio tempo, o governo reverteu os cortes à educação superior. Com isso, a assembleia, basicamente, se resumiu a se incorporar na campanha de Lula e Haddad.

A Corrente Proletária/POR realçou a importância da realização da assembleia estudantil, organismo autônomo dos estudantes; lembrou que antes da Pandemia foi realizada uma assembleia dos três setores, na qual foi aprovada a participação no Dia Nacional de Luta, que acabou sendo cancelado, e que, em assembleia anterior, depois da Pandemia, foi aprovada a campanha Por um Dia Nacional de Lutas, mas a então gestão do DCE simplesmente não divulgou,

nem encaminhou a Campanha. Nessa direção, propôs três ações: fazer um chamado às demais entidades, em especial SinTUFABC e ADUFABC, para realizar uma Assembleia Geral Universitária, unificada – professores, estudantes e funcionários; a construção de um Grupo de Trabalho (GT) para organizar e encaminhar a paralisação do dia 18, e construir um programa de reivindicações, de forma que tenhamos um instrumento à luta, que não deve ser somente defensiva, quando ocorrem os cortes, mas também ofensiva; retomar a campanha por um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, visando a unificar os explorados, estudantes, empregados e desempregados.

A Assembleia aprovou a paralisação dos estudantes para participação no Dia de Luta contra os cortes na educação, no dia 18, de manhã; um ato à

noite no ABC; e a criação de um comitê antifascista para eleger Lula e Haddad. A mesa, dirigida pelo DCE e UJS, manobrou a votação, não colocou a campanha pelo Dia Nacional de Lutas e o chamado à assembleia universitária em votação, e transformou o GT, que visava a organizar a luta pelas reivindicações, em um comitê eleitoral, com a ajuda da antiga gestão do DCE/UJR, e outros agrupamentos que estão na campanha de Lula/Alckmin e Haddad/França.

O POR interveio também com seu Jornal Massas e entregando seu Boletim da Corrente Proletária da Educação aos estudantes e professores presentes na assembleia, com a defesa da política proletária, classista, em defesa da universidade pública, contra a precarização do trabalho – as terceirizações nas fábricas e universidades, – e pela independência de classe nos movimentos estudantis. ■



Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Rio Grande do Sul

Assembleia geral da UFRGS foi um comício eleitoral

Depois de realizadas as assembleias de cada campus, o DCE realizou uma plenária geral, em 13 de outubro, que contou com representantes de sindicatos de professores, técnicos e terceirizados, vereadores eleitos no primeiro turno das eleições e a militância das correntes de esquerda presentes no movimento estudantil. O DCE apenas esqueceu de convocar a base dos estudantes para assembleia, assim como todas as entidades presentes também não fizeram questão nenhuma de mobilizar as suas. Com a desculpa de fim de semestre, a plenária foi esvaziada, e facilmente se transformou em um comício eleitoral, com praticamente todas as intervenções voltadas a enfatizar a necessidade de eleger Lula no segundo turno, para resolver os problemas da educação.

Em 2020, a UFRGS passou por uma intervenção do governo Bolsonaro, que nomeou Carlos Bulhões como reitor, atropelando o resultado das votações para a reitoria. As direções estudantis e sindicais, adaptadas à política burguesa

do isolamento social, limitaram-se a espernear à distância, através de redes sociais e videochamadas. Assim mantiveram-se até o retorno oficial das aulas presenciais, e agora usam os ataques de Bolsonaro às universidades para alimentar a campanha eleitoral de Lula, quando não moveram um dedo nos últimos anos para organizar a luta e resistir às ofensivas do governo.

Confiar o destino da educação em Lula e Alckmin, esse último sendo um inimigo histórico da educação brasileira, é um embuste. É obrigatória a independência desse movimento em relação às eleições. Essa batalha deve ocorrer no terreno da luta de classes, e não no terreno das disputas eleitorais interburguesas. Que os métodos de combate sejam os métodos históricos dos explorados, greve, ocupação dos prédios, bloqueios das ruas! É o único meio que temos de vencer a ofensiva do Bolsonaro sobre as universidades, e, se não for assim, seremos derrotados novamente. ■

Boletim da Corrente Proletária distribuído na UFRGS

O Boletim da Corrente Proletária convoca os estudantes para o ato de 18 de outubro, ressalta o método de luta próprio dos explorados. Eis:

TODOS AO ATO DO DIA 18/10

**CONTRA OS CORTES
NA EDUCAÇÃO PELO
FINANCIAMENTO INTEGRAL
DAS UNIVERSIDADES!**

Enquanto os recursos direcionados ao fundo eleitoral e ao orçamento secreto aumentaram exponencialmente, serviços sociais, saúde, meio ambiente e educação têm sido escanteados pelo governo. O último corte no orçamento da educação anunciado por Bolsonaro visando a engordar o orçamento secreto veio justamente durante a disputa eleitoral e caiu no colo da oposição petista, que explora a corrupção do atual governo em prol da sua campanha. Porém, esses cortes recairão sobre as costas dos estudantes mais necessitados e dos funcionários mais explorados das univer-

sidades. Sem dúvida, a redução de recursos, inclusive, abrirá caminho para a redução das empresas de serviços terceirizados, levando à demissão de uns e a sobrecarga de trabalho para outros. Afetará os estudantes que dependem dos auxílios pagos pelas universidades, dificultando o acesso e a permanência destes. Além de abrir as portas para a privatização das instituições, fazendo das pesquisas um meio de angariar recursos financeiros, submetendo mais ainda os projetos acadêmicos aos interesses do capital. Essa situação exige dos estudantes, professores, técnicos e funcionários uma luta consequente, e para isso é imprescindível que o ato do dia 18 não seja mais um desfile a serviço de campanhas eleitorais, mas sim um dia verdadeiro de combate aos cortes, com paralisação das atividades acadêmicas, bloqueios de ruas e ocupação de prédios.

As direções estudantis e sindicais devem organizar o combate aos ataques impostos pelo governo mobilizan-

do suas bases para a luta! Não podemos cair na ilusão de que tudo se resolverá após as eleições. Até porque o primeiro turno demonstrou que o Congresso continuará sendo ocupado pelo bolsonarismo e qualquer outro presidente, mesmo se quisesse, não poderia nadar contra a maré da crise capitalista e revoagar as reformas trabalhista, previdenciária e administrativa que está sendo encaminhada para aprovação às pressas, muito menos se contrapor às exigências do capital financeiro internacional.

Não podemos confiar nas urnas, a luta deve ser levada a cabo através dos métodos históricos dos explorados!

***Greves, ocupações,
bloqueios! Que o dia 18 seja
massivo e combativo!
Abaixo as ilusões nas
eleições burguesas! Contra
os cortes na Educação, pelo
financiamento integral das
universidades!***

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Que as centrais e sindicatos organizem a luta para pôr abaixo as duras medidas impostas pelos capitalistas e seu governo. Chega de eleitoralismo!

Em pouco tempo, inúmeras conquistas dos trabalhadores foram eliminadas. O arrocho salarial atingiu, não só os assalariados da ativa, como os aposentados e pensionistas. O valor do salário mínimo se tornou um dos mais baixos de nossa história, sem nenhum aumento real, levando milhões à pobreza. Basta lembrar da Medida Provisória de 2021, a 1.091, que colocou fim a “política de valorização” gradual do salário mínimo, corrigindo apenas pelo índice de inflação oficial. E da MP 1041, também desse mesmo ano, que impôs a Carteira Verde e Amarela, ou seja, contratos sem direitos trabalhistas. O mais grave foi a aprovação da reforma trabalhista, que arranca de uma só vez centenas de conquistas dos trabalhadores, que faziam parte da CLT. E a reforma da Previdência, que cria obstáculos quase intransponíveis para a obtenção de uma aposentadoria. Na área da saúde, os cortes de recursos golpeiam a população pobre, que necessita do SUS e dos remédios da farmácia popular. Na Educação, a redução e bloqueios de verbas deixam as escolas públicas, em todos os níveis, à míngua. Não à toa, até a merenda escolar vem sendo sacrificada, sem reajuste há cinco anos, o miserável valor está em R\$ 0,32 centavos ao dia por aluno.

Aos poucos, a burocracia sindical vai soterrando a campanha salarial dos metalúrgicos

Depois de levar a assembleia do G3 (Sindipeças, Sindi-forja e Sinpa) a aprovar o acordo que prevê um reajuste de 9%, que somente cobre a inflação oficial, a burocracia festeja que outros grupos patronais aceitaram o mesmo índice de correção salarial. Tem a desfaçatez de dizer que obteve aumento real, quando o INPC era de 8,83%. No Boletim Nossa Classe, denunciamos essa negociação sem luta, bem como a manobra de aprovar o “aviso de greve” para os setores patronais que resistiam a aceitar o reajuste.

Os traidores da classe operária não moveram uma palha para organizar os metalúrgicos na defesa da reposição salarial, dos empregos e dos direitos. Ao contrário, fizeram e fazem de tudo para eleger sindicalistas para o parlamento e Lula e Haddad, para presidência e governo do estado. Alimentam expectativas de que, com a vitória de Lula, os trabalhadores serão favorecidos. Não à toa, as assembleias de campanha salarial sempre encerraram com as palavras de ordem eleitoreiras.

O Boletim Nossa Classe insiste na tarefa de construir uma nova direção para o sindicato, recuperando-o para a luta em defesa dos interesses gerais da classe operária e demais trabalhadores. Essa tarefa inicia com a constituição de oposições classistas e edificação das comissões de fábrica, independentes dos patrões.

Esse breve retrato de quanto os capitalistas e governantes vêm descarregando a crise sobre os explorados contrasta com a elevação do custo de vida, o desemprego, subemprego, a fome e a miséria. No entanto, o patronato e governo continuam com as mãos livres para impor mais desgraças sobre a maioria oprimida. Isso ocorre por que não há uma verdadeira resposta por parte das direções sindicais. Ao contrário, estas têm conduzido as organizações operárias e populares para as disputas eleitorais. Nesse momento, arrastam os trabalhadores por detrás da candidatura de Lula, alimentando ilusões de que a vitória de Lula poderá modificar essa trágica situação.

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, faz uma campanha sistemática em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, Moradia, Saúde e Educação públicas. Mostra que, somente por meio da organização independente dos trabalhadores e de seus métodos próprios de luta, será possível rechaçar esse conjunto de medidas antioperárias e antipopulares. Defende que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, para preparar a greve geral. Levanta a bandeira: Nenhuma ilusão nas eleições. Confiar em nossas próprias forças”.

Campanha salarial do Sindicato de São José dos Campos.

PSTU segue os passos da burocracia do PT

A direção do sindicato não organizou uma campanha salarial unificada. Aprovou-se uma pauta de reivindicações, e as negociações se deram e dão por fábrica. Nesse momento, lamentam que alguns patrões rejeitem a correção salarial e a manutenção de direitos. Esse foi o caso da unidade da Embraer de São José, que realizou uma paralisação de uma hora, no dia 13 de outubro, para exigir o aumento real (14%) de salário e a manutenção de direitos contidos na Convenção Coletiva. As paralisações sequer são da empresa como um todo, são na realidade por unidade, no dia 11, ocorreu na unidade Faria Lima. O fato é que a Fiesp oferece somente a correção da inflação, 8,83%. E, sem organização dos metalúrgicos para impor a pauta de reivindicações, quem vence é sempre o patronato.

O seguidismo da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos (Conlutas) à política de negociação sem luta da burocracia do ABC não é um fato recente. O fato é que esse sistemático seguidismo impediu que o sindicato metalúrgico da Conlutas comparecesse como “uma alternativa” à burocracia da CUT, como propagandearam no momento de cindir a central.

Como vemos, a classe operária necessita de uma direção revolucionária. Essa é a principal tarefa da vanguarda consciente.

Jovem aprendiz MAIS UMA FORMA DE SUPEREXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Os patrões estão sempre pensando em novas formas de como aumentar a exploração da força de trabalho dos operários e da juventude, visando aos lucros. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) revela que 25% dos jovens, entre 18 e 24 anos, estão desempregados. Os patrões aproveitam esse grande número de jovens desempregados para contratar, pagando salários miseráveis, e impondo contratos temporários. Boa parte dos jovens de 18 a 24 anos sustenta uma família. Exerce a mesma função dos trabalhadores efetivos, mas com salários menores, e com contratos precarizados.

Uma jovem aprendiz enviou ao Boletim Nossa Classe um relato que atesta bem o que estamos dizendo. Diz: "Comecei a trabalhar há 2 meses. Meu

contrato tem a duração de 1 ano e meio, com jornada de trabalho das 8h às 14h. No contrato, meu salário é de R\$ 937,00. Com os descontos de vale transporte, INSS e FGTS, recebo, no total, R\$ 810,00. Em geral, meu trabalho não é complicado. Porém, ele exige muita atenção. Um pequeno erro pode virar uma grande dor de cabeça, não só para mim, mas também para aqueles que dependem de mim para realizar algum trabalho. Eu abro e fecho ordens de serviço, modifico documentos de RCA, atualizo indicadores de parada de máquinas, produtividade dos internos/terceiros e análises de custo". Eis aí a brutal exploração de uma força de trabalho em plena capacidade físico-mental.

A reforma trabalhista de Temer, a Carteira Verde Amarela de Bolsonaro, e as inúmeras Medidas Provisórias, vie-

ram para sangrar o trabalhador e proteger os capitalistas. Os contratos temporários que estão submetidos os "jovens aprendizes" são parte dessa política antioperária dos governantes.

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, defende que as direções sindicais organizem a luta para pôr abaixo esse conjunto de ataques aos trabalhadores. Em relação aos jovens aprendizes, levanta as reivindicações que unificam a juventude, entre elas: 1) efetivação de todos os jovens aprendizes; 2) trabalho igual, salário igual; 3) que nenhum trabalhador, jovem ou não, receba menos que um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias; 4) combinação do trabalho com os estudos, jornada de 4 horas na produção e 4 horas para os estudos.

Patrões impõem o voto de cabresto

Há algum tempo, não víamos denúncias de que os patrões forçavam seus empregados a votarem nos candidatos por eles indicados. Nessas eleições, a polarização ganhou uma enorme projeção, com a disputa entre Lula e Bolsonaro. E com a vitória de Lula, no primeiro turno, parte do patronato reto-

mou a velha prática do coronelismo.

O Mistério Público do Trabalho (MPT) já registrou 173 denúncias de coação eleitoral e abriu 83 procedimentos contra patrões que estão fazendo ameaças ou oferecendo dinheiro aos trabalhadores para que votem em Bolsonaro. Dois casos escancararam o abuso de poder: 1) o do prefeito de Cupira, Pernambuco, que ameaçou atrasar os salários, caso Lula seja eleito; 2) da rede de Supermercados Nordestão, que demitiu o trabalhador por justa causa, porque havia participado do ato em favor de Lula. O estado do Rio Grande do Sul tem sido campeão nas práticas de coação aos trabalhadores.

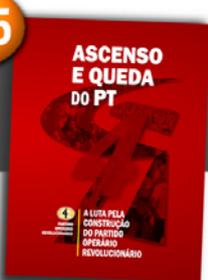
A lei diz que é crime fazer uso da coação eleitoral sobre os trabalhadores e funcionários públicos. No entanto, o patronato tem o poder econômico e as denúncias de abuso acabam sendo engavetadas.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Revista **Proletária da Educação** nº 11

Revista Proletária na Educação

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

nº 11
Março 2022

UNIDADE DOS EMPREGADOS, DESEMPREGADOS: EMPREGOS, SALÁRIOS, DIREITOS E VAGINAÇÃO

Vencer os bloqueios das burocracias e recuperar as forças dos movimentos em defesa da educação e da juventude: erguer a luta por empregos, salários e direitos

Nesta edição:

- **Bolívia:** A ação direta é a melhor arma para voltar ao trabalho de forma eficaz.
- **Chile:** Chile sempre esteve submetido aos planos e políticas imperialistas.
- **Argentina:** Nova crise no governo e com a CGT
- **Notas Internacionais:** OTAN e a América Latina.
- **105 anos da Revolução Russa:** *Trotsky* - Décimo segundo aniversário de Outubro.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

A ação direta é a melhor arma para voltar ao trabalho de forma eficaz

*Sem ilusões na nova lei de restituição dos direitos trabalhistas.
Os empregadores e o governo vão procurar uma maneira de contornar isso*

“Nunca mais demissões sem justa causa!”, é assim que o Ministério do Trabalho publica em sua página, depois que o plenário da Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional aprovou o Projeto de Lei 283/2021-2022 de “Procedimento Especial de Restituição de Direitos Trabalhistas”. À primeira vista, parece haver muito otimismo sobre o que uma norma jurídica pode fazer, diante da vontade despótica dos empregadores e de seu Estado, ao violar os direitos dos trabalhadores.

A reivindicação por uma Lei que torne o retorno ao trabalho imediatamente efetivo foi promovida há vários anos, por fábricas e mineradores, porque o procedimento atual leva anos, e se tornou inútil na maioria dos casos. Diante da mobilização dos trabalhadores e do descontentamento com o governo, incapaz de fazer valer o direito ao trabalho, a Assembleia Plurinacional, controlada pelo MAS, aprovou o projeto de Lei 283/2021-2022, de Procedimento Especial de Restituição de Direitos Trabalhistas”.

O referido projeto de Lei estabelece que as resoluções do Ministério do Trabalho, sobre reincorporação em caso de demissão ilegal, têm caráter de coisa julgada e, uma vez emitidas, e em caso de descumprimento do empregador, devem ser encaminhadas à justiça trabalhista, para que os juízes possam decretar apreensão de bens, congelamento de contas, e até prisão por descumprimento de resoluções do Ministério do Trabalho. Para o governo e a ministra do Trabalho, Verónica Navia, esta Lei é um “marco sindical”, e promove a ilusão dos trabalhadores nela.

Por sua vez, a Confederação dos Empresários Privados já se manifestou contra o referido projeto de lei (e, agora que foi aprovado, anuncia ação judicial contra a lei “por ser inconstitucional”). É um anúncio de que eles não vão cumprir. Como toda a experiência nos mostra, eles têm o poder econômico para prevalecer.

Os trabalhadores, que lutam legalmente há mais de dois anos, até obterem as decisões constitucionais e as resoluções de reintegração, o que eles exigem da Lei Curta é que ela efetivamente obrigue os empregadores a cumprir imediatamente (A Lei aprovada exclui esses trabalhadores por não ser retroativa, deixando

sua situação no limbo, N.R.). Mas isso não aconteceu, o governo, através da Assembleia Plurinacional, aprova uma Lei que deixa a execução, nas mãos dos juízes trabalhistas, das liminares para reincorporação ao trabalho. Mas, os juízes, corruptos até o âmago, lubrificadas com o dinheiro dos empresários, farão todo tipo de malandragem e atraso legal, para não fazer cumprir as liminares imediatamente. O problema está no fato de que o Ministério do Trabalho não tem capacidade coercitiva para impor suas resoluções, nem o Judiciário, que, com seus tribunais e tribunais, não cumpre o estabelecido nas leis trabalhistas. O Estado mostra sua inação, sua incapacidade de concretizar suas determinações na prática. No final, a dura posição do capitalista é imposta, ao impedir a reintegração dos trabalhadores demitidos, ou o pagamento do que é devido aos trabalhadores.

Portanto, não se devem criar ilusões nesta nova Lei, ainda mais considerando que, tanto trabalhadores do setor público, quanto do setor privado, estão sendo constantemente demitidos pelo governo e empregadores, que buscam reduzir seus custos, fazendo-os pagar pela crise econômica.

É preciso continuar com medidas de ação direta, como marchas, greves, bloqueios, para alcançar um retorno realmente efetivo ao trabalho para os trabalhadores dos setores privado e estatal, exigindo que o governo e os empregadores respeitem o direito à estabilidade no emprego. Os trabalhadores demitidos de Mindai, Paititi, Altifibers, INCEROR, CERÁMICA SANTA CRUZ, LARA BISH, e muitos outros, onde os empregadores paralisaram ou fecharam as empresas, demitindo todos os trabalhadores, devem ter em mente que não importa quantas leis implementarem, a gestão encontrará uma maneira de não respeitá-las. Nesse sentido, a melhor medida que pode ser tomada nessas indústrias e minas é a exigência de nacionalização sem indenização, sob controle coletivo dos trabalhadores, para garantir estabilidade no emprego.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 2717,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Chile

Chile sempre esteve submetido aos planos e políticas imperialistas

A condenação de viver no atraso se deve a que a economia chilena se sustenta na exploração de recursos naturais, fundamentalmente a extração mineral. Como exemplo, basta olhar para a Mineradora Rio Tinto – com sede em Londres e filiais na Europa, Austrália e América do Sul – que está levando do país concentrado de espodumênio, com alta concentração de lítio, a uma fábrica localizada em Quebec, onde se fabricam baterias de lítio demandadas pelos Estados Unidos. Esta empresa é questionada por ser contaminadora, e já foi expulsa de Jadar, na Sérvia. Contudo, parece que na América do Sul goza de plena impunidade, considerando que na Argentina, adquiriu por US\$ 825 milhões, o direito de desenvolver um projeto de salmoura de lítio no “triângulo do lítio”.

geiro, que chega a mais de 100 bilhões de dólares, desde 2006. As perdas para a nação são enormes, e se somam às da pesca – destinadas principalmente à elaboração de “farinha de peixe” de exportação, a uma precária atividade na elaboração de produtos em conserva, e uma ínfima parte extraída pela pesca artesanal para consumo direto nacional –, com um campesinato que exerce a agricultura e a pecuária de subsistência, agravadas pelas monoculturas de frutas, abacates e grandes extensões de terras, destinadas às plantações de pinus e eucaliptos. Estas degradam a terra, pela sua acidez, e esgotam os lençóis de água do subsolo e da superfície, provocando grande desabastecimento deste vital elemento. O que agrava ainda mais esta situação é a água consumida pela mi-

para denunciar a vinda do secretário norte-americano Anthony Blinken, recepcionado pelo presidente G. Boric. Ninguém conhece os acordos a que chegaram. Secretismo que se manifesta também no “novo processo constituinte”, mas já se sabe que convencionais do *Apruebo-Dignidad* são nomeados para fortalecer o Ministério do Interior da Carolina Toha.

O visitante norte-americano interveio em três países sul-americanos, para assegurar que seus objetivos se implementem com absoluta submissão e efetividade, no amparo do interesse imperial. O jornalista lacai nacional perguntou-lhe sobre sua impressão acerca da rejeição à Assembleia Constituinte, e seu comentário de que não opina sobre “política nacional”, indica que nem precisa responder, pois, o novo governo garante, sem nenhuma pressão, o resguardo das prerrogativas imperialistas.

Resta-nos como único caminho a ação revolucionária das massas oprimidas, orientadas e dirigidas pela vanguarda da classe operária estruturada no Partido Operário Revolucionário. Quando falamos de vanguarda nos estamos referindo à classe operária, ou os demais trabalhadores, que lutam contra a miséria e a fome e contra os governos burgueses. A população precisa unificar suas lutas para impor as reivindicações que o povo precisa, sob a direção da classe operária, pela sua histórica tradição de luta, devido ao seu instinto revolucionário, apoiado por esse campesinato que conforma a nação-classe Mapuche, que há séculos luta contra a opressão. A situação exige a unificação de todos os oprimidos, para enfrentar um capitalismo apodrecido até a medula. O partido rechaça as ilusões em torno às Assembleias Constituintes burguesas. Levanta a bandeira contra o capitalismo em desintegração e a conseqüente barbárie social. Defende a estratégia da revolução proletária.

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário do Chile – CERQUI)

Resta-nos como único caminho a ação revolucionária das massas oprimidas, orientadas e dirigidas pela vanguarda da classe operária estruturada no Partido Operário Revolucionário.

Os valores pagos, como impostos, demonstram que somente a CODELCO - *Corporação Nacional do Cobre do Chile* –, pagou mais impostos que a totalidade das mineradoras privadas multinacionais. No período de junho de 2021 a junho de 2022, CODELCO teve um incremento de 30%, e pagou ao Estado 7,6% em impostos, ou seja, 5,3 bilhões de pesos, o que representa 33,3% do valor total do cobre extraído; as mineradoras privadas, que tiveram 70% de incremento, pagaram ao Estado 3,5 bilhões de pesos, o que representa apenas 8,9% no período assinalado.

O Centro de Estudos Nacionais de Desenvolvimento Alternativo – CENDA – assinala que a tributação total das multinacionais pela tonelada do cobre extraído é de 10%. Já a estatal (CODELCO) tributa 30%, por tonelada. Além disso, as mineradoras privadas têm um reembolso pelo não pagamento em conceito de regalias pela produção do metal vermelho, comparadas com CODELCO, o que significa um benefício adicional ao capital estran-

neração cuprífera.

Monoculturas, como as das uvas destinadas à produção de vinho de exportação, são realizadas pelos capitais estrangeiros contra a agroindústria nacional, que teve de fechar suas empresas. Atividades combinadas, que rendem uma grande produção, servem para aumentar e concentrar, em benefício dos capitais imperialistas, que arrebata do país a quase totalidade das matérias-primas dos recursos minerais, agrícolas, além da exportação da grande produção de salmão, explorados pelo capital estatal sueco, no sul do país.

Toda a exportação que efetua o capital multinacional, causante de um desastre ambiental, humano, social e político, foi permitido pelo Estado e pelos diversos governos. Governos que pelo seu conteúdo de classe – burguês – não podem alterar o curso de submissão. Pelo contrário, tudo indica que se prosseguirá no caminho da destruição do país, pois, continua completamente submetido ao imperialismo, e já não se escuta nenhuma voz dissonante,

OTAN e a América Latina

Está posta a organização da frente única anti-imperialista

Segundo o artigo do Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), Rubens Barbosa, um entendimento entre os Estados Unidos e a Colômbia vem sendo discutido, em torno à presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para promover a vigilância sobre a “crise climática”, que envolve a “região da Floresta Amazônica”.

O presidente colombiano, Gustavo Petro, confirmou a existência de negociações nesse sentido. Diz: “Com os Estados Unidos, o que estou tentando é levar o diálogo para outras áreas, além do combate às drogas, que fracassou. Foi criada a primeira unidade militar, com 12 helicópteros Black Hawk, mais de polícia do que militar, para ajudar a combater as queimadas na Amazônia.” Sobre a OTAN, explica que “o objetivo das conversas, da qual somos parte, é trazer a Organização do Tratado do Atlântico Norte para cuidar da Floresta Amazônica, para emprestar colaboração tecnológica”.

O Sr. Rubens Barbosa informa: “A Colômbia mantém, desde 2015, um acordo de cooperação com a Otan, no tocante à segurança eletrônica, marítima, crime organizado e terrorismo. A Colômbia é o único parceiro global latino-americano da Otan, e o primeiro a concluir um acordo de cooperação com a organização.” Nesse sentido, expõe os interesses particulares dos Estados Unidos, em fazer da Colômbia um contraponto à “presença da Rússia e da China na Venezuela”.

Ocorre que, desde 2009, a Colômbia vem servindo de base militar dos Estados Unidos, cumprindo a função de cabeça de ponte para a intervenção na América Latina. Por meio de um acordo, o imperialismo norte-americano tem livre acesso de um contingente de militares em solo colombiano, e garantida a operacionalidade na base de Palanquero.

O problema, como se vê, é mais amplo do que a ofensiva dos Estados Unidos de controlarem a Amazônia, que há muito se tornou estratégica para a sua hegemonia, envolve a dominação e confrontação com a Rússia e a China.

A ausência de uma resposta dos explorados colombianos, pelo menos por enquanto, evidencia a gravidade da crise de direção revolucionária. É

A guerra na Ucrânia e a crise de Taiwan ensejaram os Estados Unidos e as principais potências europeias a fortalecerem a OTAN, ampliando sua capacidade militar e seu alcance mundial. É nos marcos dessa situação convulsiva que o governo recém-eleito da Colômbia, tido como esquerdista, se curvou diante das pressões de Biden, para tornar o acordo de 2009 mais consequente com as necessidades e os interesses do imperialismo norte-americano.

A decisão dos Estados Unidos de atribuir à OTAN, desde 2010, um raio de ação mundial, ultrapassando os limites europeus originais, concebidos no âmbito da “Guerra Fria” contra a ex-URSS, evidenciou a agudização da guerra comercial e, assim, a potenciação das tendências bélicas, encarnadas pelas potências. A guerra na Ucrânia e a crise de Taiwan ensejaram os Estados Unidos e as principais potências europeias a fortalecerem a OTAN, ampliando sua capacidade militar e seu alcance mundial. É nos marcos dessa situação convulsiva que o governo recém-eleito da Colômbia, tido como esquerdista, se curvou diante das pressões de Biden, para tornar o acordo de 2009 mais consequente com as necessidades e os interesses do imperialismo norte-ame-

preciso tomar esse fato como um alerta em toda a América Latina. Os governos burgueses, sejam de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita ou de ultradireita, são incapazes de reagir à ofensiva do imperialismo norte-americano. Somente a classe operária pode pôr em pé um movimento anti-imperialista, para combater com o programa e os métodos revolucionários a dominação e a opressão exercidas pelo capital financeiro-monopolista. Trata-se de trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Fora os Estados Unidos da Colômbia! Fora o imperialismo da América Latina!

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

FOR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

Lênin estrategista
da revolução proletária

Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique

105 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917

No Jornal Massas anterior, iniciamos a campanha de defesa das conquistas da revolução proletária, que derrubou o poder da burguesia, constituiu o Estado Operário, estabeleceu a ditadura do proletariado, nacionalizou a economia, implantou a planificação econômica, instituiu o monopólio do comércio exterior, edificou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), iniciou a transição do capitalismo ao socialismo e assinalou o caminho da revolução mundial. Essas conquistas históricas somente foram possíveis devido ao fato de a vanguarda revolucionária marxista-leninista ter estruturado no seio da classe operária o partido bolchevique.

Os documentos “15 anos” (da Revolução de Outubro) e “Mensagem por rádio aos Estados Unidos”, de Leon Trotsky, com os quais começamos a campanha dos 105 anos da Revolução Russa, foram selecionados tendo em conta que o seu autor esteve à frente dos acontecimentos que levaram a classe operária e os camponeses pobres a conquistarem o poder e expropriarem a burguesia. Justamente porque Trotsky desempenhou um papel de primeira grandeza, ao lado de Lênin, é que encarnou a luta contra a degeneração burocrática do bolchevismo (PCUS) e, assim, do Estado operário. A URSS acabou sendo liquidada pela contrarrevolução termidoriana, deixando de existir a partir de dezembro de 1991. A luta de Trotsky, que liderou a fração revolucionária - a Oposição de Esquerda, e o movimento pela fundação da IV Internacional - resultou em uma fortaleza programática, embora não tenha sido possível materializá-la na forma e conteúdo da revolução política, não podendo assim derrubar o estalinismo revisionista, evitar a trágica destruição da URSS e a interrupção da transição do capitalismo ao socialismo.

O reconhecimento, a assimilação e a aplicação das conquistas da Revolução de Outubro, necessariamente, exigem da vanguarda com consciência de classe identificar os vínculos indissolúveis entre o leninismo e o trotskismo.

Abaixo publicamos o pronunciamento de Trotsky, referente ao décimo segundo aniversário da Revolução Russa. Chamamos a atenção para algumas formulações: 1) “Outra consequência é o monopólio do comércio exterior, tão necessário para a república soviética como o exército e a marinha. A abolição, ou inclusive a debilitação, do monopólio do comércio exterior (Stalin procurou fazê-lo em fins de 1922,

influenciado por Sokolnikov) implicaria não somente o retorno da Rússia ao caminho capitalista, mas também sua transformação em um país semi-colonial. Mas não se pode esquecer que o monopólio do comércio exterior implica a exclusão automática da Rússia da divisão internacional do trabalho, que foi a base do desenvolvimento capitalista deste país”; 2) “(...) É indiscutível que nem a direção mais correta e clarividente poderia conduzir a URSS à construção do socialismo dentro de suas fronteiras nacionais, isolada da economia mundial pelo monopólio do comércio exterior. Se a revolução proletária nos países capitalistas avançados se postergar por várias décadas, a ditadura do proletariado da república soviética cairá inevitavelmente, vítima de suas próprias contradições econômicas, combinando ou não esse processo com a intervenção militar. Traduzindo em linguagem política, isso significa: o destino da república soviética, nas condições mencionadas, está determinado pela direção econômica interna e pela luta revolucionária do proletariado internacional. Em última instância, o segundo é o fator decisivo”; 3) “Consequentemente, o décimo aniversário da Revolução de Outubro encontra a república soviética e Internacional envolvidas em grandes contradições e dificuldades que demonstram, pela negativa, a correção da teoria marxista da revolução socialista. Com Lênin, entramos na Revolução de Outubro profundamente convencidos de que, na Rússia, a revolução não podia ter um caráter independente e acabado. Acreditávamos que não era mais do que o primeiro elo da revolução mundial, e que o destino desse elo estaria determinado por toda a cadeia. E hoje continuamos sustentando essa posição. Os progressos alcançados na construção socialista avançam paralelamente às contradições, e serão inevitavelmente devorados por estas, se, no futuro, as conquistas da revolução mundial não apoiarem a república soviética”.

Essas formulações, como se vê, foram elaboradas há noventa e três anos, como parte da luta contra o revisionismo estalinista do bolchevismo e o despontar do termidor. As explicações e o prognóstico sobre a possibilidade da contrarrevolução liquidar a URSS, desgraçadamente, se confirmaram em dezembro de 1991. A vanguarda tem pela frente a árdua tarefa de encarnar as conquistas da Revolução de Outubro e dar continuidade à batalha da IV Internacional pela derrocada do estalinismo restauracionista e pela revolução mundial, sob as novas condições de regressão histórica, de avanço da barbárie capitalista e de crise de direção revolucionária.

DÉCIMO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DE OUTUBRO

- Leon Trotsky, 17 de outubro de 1929

O décimo segundo aniversário encontra a república soviética em uma situação em que os notáveis progressos se combinam com as mais graves dificuldades, sendo que, tanto uns como outras, continuam avançando. Essa é a característica fundamental da situação, e seu principal enigma.

A indústria conseguiu e continua conseguindo conquistas sem precedentes, sob o capitalismo. Muito menos significativo, mas também evidente, é o progresso agrícola dos últimos anos. Por sua vez, observamos um paradoxo absoluto: no mercado, ocorre uma severa escassez de mercadorias, que, apesar dos êxitos econômicos, persiste de ano a ano, e em determinados períodos se agudiza ao extremo. Apesar do rápido crescimento da indústria, faltam os produtos manufaturados mais necessários. No entanto, o que parece especialmente crítico e intolerável é a escassez de produtos agrícolas, embora o país seja predominantemente camponês.

O que expressam essas contradições? Devem-se a dois tipos de causas.

As causas fundamentais se encontram na situação objetiva de um país economicamente atrasado que, devido à dialética histórica, acabou sendo o primeiro em chegar à ditadura do proletariado e à construção socialista. As causas secundárias residem na política errônea da direção, que cede às influências pequeno-burguesas, e aplica uma política cuja função consiste em satisfazer unicamente as necessidades imediatas, e que é incapaz de compreender as circunstâncias no momento necessário, e de aproveitar o máximo dos recursos econômicos e políticos da ditadura proletária.

O estado soviético não paga juros sobre as velhas dívidas. Virtualmente, tampouco paga indenizações à nobreza, aos banqueiros, aos proprietários de fábricas, etc. Essas duas condições, especialmente a segunda, geram por si mesmas um grande capital

para a industrialização do país.

O estado operário, ao unificar a administração da indústria e do transporte – condição necessária para a economia planificada –, abriu possibilidades inesgotáveis para a livre utilização da energia e seus recursos, isto é, para a aceleração do crescimento econômico do país.

Essas são as enormes conquistas da Revolução de Outubro. As desvantagens – não da própria revolução, mas das condições a que chegou finalmente – são as seguintes: o baixo nível de desenvolvimento capitalista da Rússia czarista, o caráter fragmentado e extremamente atrasado da economia camponesa, o baixo nível cultural das massas populares e, finalmente, o isolamento da república soviética, cercada por um mundo capitalista infinitamente mais rico e poderoso.

A necessidade de investir milhões de rublos anuais no exército e na marinha não é senão a consequência mais imediata e evidente do entorno capitalista inimigo.

Outra consequência é o monopólio do comércio exterior, tão necessário para a república soviética como o exército e a marinha. A abolição, ou inclusive a debilitação, do monopólio do comércio exterior (Stalin procurou fazê-lo em fins de 1922, influenciado por Sokolnikov) implicaria não somente o retorno da Rússia ao caminho capitalista, mas também sua transformação em um país semicolonial. Mas não se pode esquecer que o monopólio do comércio exterior implica a exclusão automática da Rússia da divisão internacional do trabalho, que foi a base do desenvolvimento capitalista deste país. A consequência direta da expansão geral da economia foi uma notória contração do comércio exterior. Consequentemente, a rápida expansão da industrialização está determinada, em considerável medida, pela necessidade da república soviética de produzir tudo que a Rússia burguesa importava do exterior com maior vantagem. Se existissem regimes socialistas em outros países, o monopólio do comércio exterior, certamente, não seria necessário, e a URSS receberia dos países mais avançados os produtos de que necessita, em termos absolutamente mais vantajosos que os que desfrutava a Rússia burguesa. Na atual situação, o monopólio do comércio exterior, absolutamente indispensável para proteger os fundamentos da economia socialista, exige imperiosos e gigantescos investimentos na indústria, para que o país possa simplesmente sobreviver. Foi essa situação que produziu a escassez crônica de produtos acabados, em um momento de grande avanço da produção industrial.

O caráter fragmentado da economia camponesa, herança do passado, se exacerbou com a Revolução de Outubro, uma vez que seu primeiro objetivo foi a “revolução agrária democrática”. A fragmentação do setor agrícola apresentaria sérias dificuldades para a reconstrução socialista da agricultura na Rússia, ainda que o proletariado já tivesse tomado o poder nos países mais avançados. Essas dificuldades são muito maiores, já que o país da Revolução de Outubro conta somente com seus próprios recursos. Entretanto, a extrema lentidão da construção socialista provoca uma maior divisão da terra e, conseqüentemente, um aumento da proporção da produção destinada ao autoconsumo.

Essa é uma das razões da escassez de produtos agrícolas.

Não menos importante é o preço elevado dos bens industriais. É o meio de que dispõe a indústria para pagar sua transição a uma economia mais avançada e, ao mesmo tempo, continuar investindo naqueles ramos que se tornaram necessários, devido ao monopólio do comércio exterior. Em outras palavras, para o campo, é muito alto o custo da indústria socialista.

O camponato estabelece uma separação rígida entre a revolu-

ção agrária democrática, que foi concluída pelos bolcheviques, e os fundamentos que estes assentaram para a revolução socialista. A transferência da propriedade da terra do latifundiário ao camponato – revolução democrática – facultou-lhe em torno de quinhentos milhões de rublos, ao libertá-lo do pagamento da renda. Mas, devido à “tesoura” dos preços, os camponeses estão pagando uma soma muito elevada em benefício da indústria estatal. Ocorre então que, para o camponês, o balanço das duas revoluções, que se combinaram em Outubro, implica em todo o caso um déficit de centenas de milhões de rublos. Esse é um fato indiscutível, e além disso muito importante para avaliar, tanto a situação econômica como a política do país. Temos de enfrentá-lo abertamente. Constitui a base das deterioradas relações entre o camponato e o governo soviético.

O ritmo lento de crescimento da economia camponesa, sua fragmentação posterior, as “tesouras” dos preços industriais e agrícolas – em uma palavra, as dificuldades econômicas do país – criam condições favoráveis para o desenvolvimento dos kulaks (camponeses ricos), e para que estes ganhem uma influência desproporcional pelo seu peso numérico, e pelos recursos materiais de que dispõem. O excedente do cereal, que está principalmente sob o controle dos extratos superiores da aldeia, é um fator de escravização do camponato pobre e da venda especulativa aos compradores pequeno-burgueses das cidades, assim ficando excluído do mercado nacional. Não falta cereal para exportação, nem inclusive para cobrir as necessidades internas. O volume extremamente reduzido das exportações obriga a ter de diminuir drasticamente a importação de bens acabados e, além disso, da maquinaria e matéria-prima industrial, o que, por sua vez, nos obriga a pagar cada avanço da industrialização, reduzindo extraordinariamente nossos recursos econômicos.

Isso explica fundamentalmente por quê, em uma época de ressurgimento geral da economia, e com um ritmo veloz de industrialização, na república soviética, continuam existindo as “filas”, que é o argumento mais forte contra a teoria do socialismo em um só país.

Mas as filas são também um argumento contra a prática econômica oficial. Aqui, passamos dos fatores objetivos aos subjetivos, sobre a política da direção. É indiscutível que nem a direção mais correta e clarividente poderia conduzir a URSS à construção do socialismo dentro de suas fronteiras nacionais, isolada da economia mundial pelo monopólio do comércio exterior. Se a revolução proletária nos países capitalistas avançados se postergar por várias décadas, a ditadura do proletariado da república soviética cairá inevitavelmente, vítima de suas próprias contradições econômicas, combinando ou não esse processo com a intervenção militar. Traduzindo em linguagem política, isso significa: o destino da república soviética, nas condições mencionadas, está determinado pela direção econômica interna e pela luta revolucionária do proletariado internacional. Em última instância, o segundo é o fator decisivo.

Uma correta direção econômica na URSS significa que se utilizem os recursos e oportunidades, de maneira tal que um ascenso genuíno e notório do nível de vida das massas trabalhadoras acompanhe o avanço do socialismo. Agora, o objetivo prático não é “ultrapassar” toda a economia mundial – uma fantasia –, mas consolidar as bases industriais da ditadura proletária, e melhorar a situação dos trabalhadores, fortalecendo o requisito político da ditadura, isto é, da unidade do proletariado com o camponato não explorador.

A política correta na URSS significa prolongar, o máximo possível, a existência da ditadura proletária nas condições de isolamento em que se encontra. A política correta para a Internacional Comunista implica impulsionar o máximo possível o triunfo do

proletariado dos países avançados. Em certo ponto, essas duas linhas tendem a se unificar. Somente com essa condição, o contraditório regime soviético atual poderá – sem termidor, nem contrarrevoluções, nem novas revoluções – tornar-se em uma sociedade socialista sobre a base da expansão do socialismo, que, finalmente, deverá abarcar o mundo todo.

O tempo, fator político crucial em geral, se torna decisivo, ao se encarar o problema do destino da URSS. No entanto, desde 1923, a direção atual vem fazendo o possível para deixar correr o tempo. Os anos 1923, 1924 e 1925 se perderam no combate à chamada superindustrialização – denominação com que se referiam à exigência da Oposição de Esquerda, de que se acelerasse o ritmo da industrialização –, o princípio da economia planificada e a previsão econômica em geral. A aceleração do ritmo da industrialização foi encarada empiricamente, a saltos e mudanças bruscas, que aumentaram enormemente o custo da construção e resultou em uma carga para as massas trabalhadoras. Há seis anos, a Oposição exigiu que se elaborasse um plano quinquenal. Nesse momento, se ridicularizou essa exigência, em um estilo totalmente de acordo com a mentalidade do proprietário pequeno-burguês, que teme os grandes objetivos e as grandes perspectivas. Qualificamos essa atitude de menchevismo econômico. Por exemplo, ainda em abril de 1926, Stalin afirmava que necessitávamos da hidrelétrica do Dnieper, tanto quanto o campesinato pobre necessita de um fotógrafo, e, por sua vez, negava absolutamente que o ritmo de nosso desenvolvimento econômico dependesse dos acontecimentos mundiais.

O plano quinquenal chegou com cinco anos de atraso. Os erros, correções e ajustes nos últimos anos se fizeram à margem de um plano geral, e, por essa razão, a direção aprendeu muito pouco dessa experiência. É impossível não recordar aqui que o primeiro projeto de plano quinquenal, preparado em 1927, era mesquinho, minimalista e economicamente covarde. A Oposição o criticou implacavelmente em seu programa. Foi essa crítica, baseada nas necessidades reais do desenvolvimento econômico, que determinou que, no transcurso de um ano, se revisasse integralmente o plano. Imediatamente, ficaram descartados todos os argumentos contra a “superindustrialização”. O aparato, que durante vários anos havia funcionado de acordo com o menchevismo econômico, recebeu a ordem de considerar herético tudo o que até o dia anterior era palavra santa, e por outro lado, de oficializar a heresia até então chamada de “trotskismo”. Essa resolução pegou totalmente desprevenidos, tanto os comunistas como os especialistas do aparato, educados na linha exatamente oposta. As primeiras tentativas de resistência ou os tímidos pedidos de explicação foram sumária e severamente castigados. E como poderia ser de outro modo? Permitir explicações implicaria descobrir que a direção está ideologicamente em bancarota, que pôs de lado todos os seus pressupostos teóricos. Dessa vez, o aparato se submeteu silenciosamente. À pessoa que deu informe sobre o plano quinquenal (Rikov), foi atribuída a seguinte fórmula: é melhor estar (isto é, apoiar) pelo ritmo acelerado de desenvolvimento do que estar dentro (do cárcere) por se colocar contra.

Se o novo plano se impôs com a chibata na mão, não é difícil imaginar como se oporá o aparato a sua aplicação, já que suas nove décimas partes estão mais à direita que a direita oficial. Entretanto, a esquerda, de cujo programa se tomaram as ideias básicas do plano quinquenal, continua submetida à repressão e calúnia. O aparato vive esperando novas mudanças e viradas, e nem sequer se atreveu a pedir ajuda do sindicato de camponeses pobres. Nessa situação, ninguém vê, no novo plano quinquenal, a expressão de uma virada à esquerda, pensada e firme. Isto é,

ninguém, salvo um punhado de capituladores.

O mesmo se pode dizer a respeito da política da Internacional Comunista. Depois da união com Chiang Kai-Shek, da teoria do “bloco das quatro classes”, do chamado à formação de um partido operário e camponês, da colaboração amistosa com o Conselho Geral – que traiu a greve geral na Inglaterra –, a Internacional lançou, em vinte quatro horas, a consigna: nenhum acordo com os reformistas, combater o social-fascismo para conquistar as ruas. O novo e acentuado zig-zague se baseou na teoria do “terceiro período”, especialmente serve para semear ilusões, estimular ações aventureiras, e preparar uma nova virada ... à direita.

Consequentemente, o décimo aniversário da Revolução de Outubro encontra a república soviética e Internacional envolvidas em grandes contradições e dificuldades que demonstram, pela negativa, a correção da teoria marxista da revolução socialista. Com Lênin, entramos na Revolução de Outubro profundamente convencidos de que, na Rússia, a revolução não podia ter um caráter independente e acabado. Acreditávamos que não era mais do que o primeiro elo da revolução mundial, e que o destino desse elo estaria determinado por toda a cadeia. E hoje continuamos sustentando essa posição. Os progressos alcançados na construção socialista avançam paralelamente às contradições, e serão inevitavelmente devorados por estas, se, no futuro, as conquistas da revolução mundial não apoiarem a república soviética.

A expulsão do partido e a perseguição enfiada ao setor revolucionário dentro da república soviética constituem uma clara expressão política das contradições de uma república proletária isolada em um país atrasado. Não é surpreendente, por paradoxo que pareça, que os Bessedovskis – que são inumeráveis – expulsem os Rakovskis e, depois, na primeira oportunidade, passem para o lado da reação.

Espinoza dizia: “nem chorar, nem rir, mas compreender”. É preciso compreender para melhor lutar pela Revolução de Outubro.

Durante o décimo terceiro ano, se aprofundarão as contradições. Pode-se tomar desprevenido a um partido debilitado e estrangulado. Diante da primeira grande dificuldade, os Bessedovskis de todo o calibre levantarão a cabeça. O aparato centrista demonstrará que é um aparato e nada mais. O núcleo proletário necessitará de uma direção, e somente a Esquerda comunista, temperada na luta, poderá proporcioná-la.

Saudamos o décimo terceiro ano desde o desterro, a prisão e o exílio. Mas não somos pessimistas.

O princípio da ditadura proletária imprimiu sua marca indelével na história. Demonstrou a força tremenda de uma jovem classe revolucionária, dirigida por um partido que sabe o que quer e é capaz de unir sua vontade com o processo objetivo em desenvolvimento.

Esses doze anos demonstraram que a classe operária, ainda em um país atrasado, não somente pode se arranjar sem banqueiros, latifundiários e capitalistas, mas também impulsionar a indústria mais rapidamente que sob o domínio dos exploradores.

Esses doze anos demonstraram que a economia planificada, centralizada, é incomensuravelmente superior à anarquia capitalista, representada pelos poderosos trustes que se enfrentam entre si.

As conquistas, exemplos e lições são inamovíveis. Gravaram para sempre na consciência da classe operária mundial.

Não rechaçamos nada, nem lamentamos nada. Vivemos com as mesmas ideias e atitudes que em Outubro de 1917. Podemos ver mais além dessas dificuldades circunstanciais, pois, por mais que se transborde o rio, sempre irá parar no oceano.

(Extraído da obra *Escritos*, Leon Trotsky, tomo I, 1929-30, vol. 2)